

***Companhia de  
Saneamento de Minas  
Gerais - COPASA***

*Demonstrações Financeiras referentes aos  
exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e  
de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

# **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA**

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

### **CONTEÚDO**

Relatório da Administração

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos

Notas Explicativas

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Exercício de 2007

### Mensagem da Administração

Em 2007 continuamos nossa trajetória na busca de resultados cada vez melhores e novamente demos passos importantes em direção à meta global de obtenção de altos índices de atendimento à população de Minas Gerais, principalmente até o ano de 2010. Os resultados positivos que vêm sendo obtidos a partir de 2003, não apenas em termos econômico-financeiros, mas também na gestão administrativa e operacional comprovam o acerto da estratégia de atuação da Companhia, que fechou o exercício com uma receita operacional líquida de R\$ 1.863,5 milhões, lucro líquido de R\$ 329,3 milhões e EBITDA de R\$ 666,1 milhões. Quando são desconsideradas as provisões de despesas não recorrentes o EBITDA é ajustado para R\$ 763,0 milhões.

O respeito às metas pactuadas com o Governo do Estado em 2003, as quais foram revisadas em 2005, de aumentar a cobertura dos serviços de água e esgoto nas localidades já operadas, reduzir as perdas de faturamento, aumentar o volume de esgoto tratado, aumentar a margem EBITDA e, principalmente, aumentar o número de pessoas beneficiadas com a prestação de serviços da COPASA, tem levado a empresa a uma melhoria contínua em quase todos os indicadores elencados dentro do planejamento estratégico, sejam operacionais, ambientais, sociais, econômicos ou financeiros.

A aprovação do marco regulatório (Lei 11.445), reivindicado há mais de 20 anos pelo setor de saneamento, em 05/01/2007, possibilitou à Companhia as bases jurídico-institucionais para expansão e renovação de concessões.

Atenta à política que busca a universalização dos serviços de saneamento básico no Estado, a COPASA continuou investindo substancialmente na implantação, ampliação e modernização de suas instalações, pretendendo executar, até 2010 o maior programa de investimentos em saneamento da história de Minas.

São investimentos decisivos que possibilitaram a expansão dos serviços prestados à população. Em relação à água tratada, a empresa caminha firme rumo à excelência no atendimento, tendo atingido o índice de 97,8% da população urbana atendida nas localidades em que atua, que hoje cobrem 61,4% de toda a população de Minas Gerais, correspondendo a 12 milhões de pessoas.

Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, a expansão foi ainda maior, resultado do esforço empreendido para aumentar a cobertura nas localidades operadas e para obter novas concessões. O número de municípios operados aumentou 20%, passando de 90 municípios em 2006 para 108 no ano de 2007, beneficiando uma população total de 6,2 milhões de habitantes, representando um índice de atendimento de 81% nas localidades em que presta serviços de esgotamento sanitário. O atendimento em relação à população total do Estado aumentou de 29,9% para 32% em dezembro de 2007. Foram construídas novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), novos projetos foram encaminhados para licitação, em outras localidades os projetos foram contratados e iniciados e outras unidades que já estavam em operação passaram por revitalizações importantes.

Não se pode deixar de destacar a criação das subsidiárias, como outra relevante ação levada a cabo no exercício de 2007: COPANOR – COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, a COPASA – Águas Minerais de Minas S/A, e a COPASA Serviços de Irrigação S/A.

Também assinamos contratos de cooperação técnica, sendo um internacional, com a ESSAP – Empresa de Serviços Sanitários do Paraguai e outro, no âmbito nacional, com a SANECAP – Cia. de Saneamento da Capital em Cuiabá (MS). Pretendemos reforçar e ampliar nossa presença e posição de mercado, aproveitando novas oportunidades de negócios, fortalecer nossa marca e relacioná-la, cada vez mais, a serviços e produtos de elevado padrão de qualidade.

Todo este trabalho, que contribuiu para Minas avançar e melhorar a qualidade de vida de sua população, tem sido reconhecido pela sociedade. Em 2007, a COPASA continuou sua trajetória como empresa de excelência no cenário nacional, recebendo vários prêmios, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Melhores da Dinheiro – escolhida, pela terceira vez consecutiva, como a melhor empresa do setor de “Serviços Públicos” pela Revista Isto é Dinheiro, da Editora Três;
- Prêmio Balanço Anual 2007 - a Gazeta Mercantil e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC concederam o prêmio à COPASA como a melhor empresa nacional na categoria Saneamento e Limpeza;
- Prêmio Excelência Empresarial - Concedido em 2007 pela revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, em que fomos eleitos a melhor empresa nacional de saneamento;
- PNQS – Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento, com dois troféus – Ouro e Platina;
- Prêmio Ser Humano 2007, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais ABRH-MG, em que fomos vencedores na categoria Gestão de Pessoas, com o trabalho “Processo Seletivo Interno para Cargos de Confiança na COPASA – MG: uma mudança de paradigma em uma empresa pública”;
- IX Prêmio Minas Desenvolvimento Empresarial – concedido pela Revista Mercado Comum;
- Prêmio Brasil de Meio Ambiente - promovido pelo Jornal do Brasil, revista Forbes, Gazeta Mercantil e revista JB Ecológico. A empresa foi destaque com o Programa de Despoluição do Rio das Velhas - Meta 2010.

A atuação da COPASA no exercício de 2007 mostra que a empresa segue firme no caminho do crescimento sustentado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico-social do Estado de Minas Gerais. O futuro traz boas perspectivas e, mais do que nunca, a empresa está consciente e preparada para assumir as responsabilidades e oportunidades que estão se abrindo, mantendo o foco na contínua geração de valor e na preservação e melhoria da qualidade ambiental, que resultam na melhoria permanente do Índice de Desenvolvimento Humano das regiões onde atua.

## **Conjuntura Econômica**

Nossa principal base de atuação, o Estado de Minas Gerais, por sua dimensão territorial e diversidade econômica e social, possui características semelhantes às da economia nacional. Sua posição central no território brasileiro favorece a interação econômica com o restante do país e o desempenho da economia nacional influencia significativamente o desenvolvimento do Estado, resultando em trajetórias de crescimento do Brasil e de Minas fortemente correlacionadas. Nos últimos anos Minas vem apresentando taxas de crescimento superiores às do Brasil. Segundo a Fundação João Pinheiro, o PIB mineiro cresceu 3,9% em 2006 e seu valor, estimado em R\$208,7 bilhões, correspondeu a 8,9% do PIB nacional. O Brasil cresceu 3,7% no mesmo período.

O desenvolvimento mineiro, espera-se, deverá continuar acima da média nacional. Segundo dados do IBGE, divulgado em 11/02/2008, Minas liderou a expansão da indústria em 2007, com crescimento de 8,6%, ficando bem acima da média nacional que foi de 6,0%. Esta tendência de crescimento de Minas está associada, também, à continuidade da conjuntura econômica externa favorável, caracterizada pela demanda crescente por commodities produzidas no Estado, e pelo desempenho satisfatório de atividades econômicas como o agronegócio, extração de minério de ferro e de setores industriais importantes do Estado, dentre os quais destacam-se o de veículos automotores, celulose e papel, siderúrgico e da construção civil, além dos efeitos de grandes investimentos do Governo Estadual e suas estatais, como a COPASA e a CEMIG .

Em relação ao setor de saneamento, os avanços foram significativos, a começar pela promulgação, em 05 de janeiro de 2007, da Lei nº. 11.445 que estabeleceu as diretrizes gerais em âmbito nacional para o setor de saneamento básico, com regras para orientar a prestação dos serviços. Esta regulação do setor veio trazer mais segurança aos atores e novas oportunidades de investimentos.

Os recursos previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC foram outro incentivo para o crescimento do setor. A expansão do mercado brasileiro de imóveis, com volume expressivo de lançamentos em 2007 devido, principalmente, ao aumento da renda e do crédito imobiliário, com prazos maiores e juros menores, foi, sem dúvida, um dos fatores que contribuíram para elevar a nossa base de unidades consumidoras. Finalmente considerar que, mantidos os fundamentos macroeconômicos, os programas sociais de distribuição de renda e os programas de geração de emprego, o crescimento da renda das famílias tende a influenciar favoravelmente as empresas que atuam no setor de saneamento básico, quer seja pela elevação do consumo ou pela redução dos atuais níveis de inadimplência.

## **Expansão das atividades**

### **Concessões**

Cumprindo sua missão institucional de ser um dos agentes do desenvolvimento econômico e social do Estado, a COPASA não só vem assegurando o atendimento nas áreas onde já atuava, como também vem expandindo seu mercado. Foram renovadas sete concessões em sedes municipais, sendo 6 com serviços de abastecimento de água - Francisco Dumont, Mateus Leme, Novo Oriente de Minas, Prata, União de Minas e Vargem Alegre - e 1 com esgotamento sanitário na cidade de União de Minas. Além disso, conseguimos antecipar a renovação de seis contratos de concessão para abastecimento de água e dois de esgotamento sanitário que estavam para vencer nos próximos anos.

No exercício de 2007 foram assinadas duas novas concessões para abastecimento de água com as cidades de Barbacena e Rio Novo e quatro novas concessões para prestação dos serviços de esgotamento sanitário em Barbacena, Estrela do Indaiá, Francisco Dumont e Santa Rita de Caldas.

Em virtude deste esforço, a COPASA chegou em dezembro de 2007 como concessionária para prestação de serviços de água em 611 municípios do estado e em 184 para a prestação de serviços de esgotamento sanitário. Se levarmos em consideração o total de localidades que tiveram seus serviços concedidos à COPASA chegaremos a 1035 para abastecimento de água e 302 para esgotamento sanitário.

### **Investimentos**

Do total de investimentos realizados em 2007 R\$ 368 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 433 milhões foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e R\$ 37 milhões foram investidos em programas de melhoria e desenvolvimento operacional, desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros.

Os investimentos, tendo em vista a dispersão geográfica da atuação da COPASA, mostraram-se presentes em todas as regiões do estado, destacando-se: as obras de ampliação e implantação em inúmeros sistemas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário em municípios integrantes das bacias dos Rios das Velhas e Verde Grande, afluentes do Rio São Francisco e nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Doce, Mucuri, São Mateus e na região Norte do estado. Destacam-se, dentre estas, a ampliação do sistema produtor do Rio das Velhas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, do sistema de esgotamento sanitário de Montes Claros e de Ipatinga e a ampliação do tratamento secundário da estação do Ribeirão do Onça - ETE Onça.

As principais fontes de recursos utilizadas para realizar os investimentos em 2007 foram: recursos próprios, financiamentos da CEF e do BNDES e os recursos obtidos da oferta inicial de ações (Initial Public Offering – IPO), concluída em março de 2006.

A projeção dos investimentos a serem realizados nos próximos anos está apresentada no quadro abaixo:

	2008	2009	2010
	(R\$ milhões)		
<b>Atuais Concessões</b>	<b>542,0</b>	<b>367,0</b>	<b>365,0</b>
Sistemas de Abastecimento de Água	177,0	124,0	105,0
Sistemas de Esgotamento Sanitário	335,0	211,0	228,0
Outros	30,0	32,0	32,0
<b>Novas Concessões</b>	<b>458,0</b>	<b>483,0</b>	<b>480,0</b>
Sistemas de Abastecimento de Água	149,0	149,0	151,0
Sistemas de Esgotamento Sanitário	309,0	334,0	329,0
<b>Total</b>	<b>1.000,0</b>	<b>850,0</b>	<b>845,0</b>

## Principais Programas e Ações

A COPASA desenvolveu e implantou diversos outros programas e ações durante o ano de 2007, merecendo destaque os que se seguem:

- Com autorização da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, foram criadas as subsidiárias, Copanor –“COPASA - Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A” para prover sistemas de água e esgoto nas localidades do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu; a COPASA- “Águas Minerais de Minas S/A” voltada para a exploração dos recursos hidrominerais do Estado, dentre eles as tradicionais fontes de águas minerais de Caxambu, Lambari, Cambuquira e Araxá, e a COPASA – “Serviços de Irrigação S/A” que tem por objetivo administrar e explorar o sistema de irrigação da Etapa II do Projeto Jaíba, na região Norte do Estado.
- Assinados contratos de assistência técnica entre a COPASA e a Empresa de Serviços Sanitários do Paraguai – ESSAP, envolvendo a capacitação e transferência de tecnologia e, entre a COPASA e a Prefeitura de Cuiabá (MS) com o objetivo de contribuir para o Programa de Reestruturação Empresarial da Cia. de Saneamento da Capital – SANECAP.
- Reforma e modernização do Sistema Produtor do Rio das Velhas, que envolvem recursos da ordem de R\$ 140 milhões, visando modernizar e ampliar o maior, mais antigo e mais estratégico sistema produtor de água tratada da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Assinatura da ordem de serviço para o início imediato das obras da adutora noroeste, no valor total de 65,8 milhões de reais. Com 27.859 metros de extensão, a adutora vai interligar os sistemas de abastecimento de água das cidades de Confins, Lagoa Santa, São José da Lapa e Vespasiano ao sistema integrado da região metropolitana da bacia do Rio Paraopeba (Manso, Serra Azul e Várzea das Flores). Atualmente, esses municípios são abastecidos por poços artesianos. Também está prevista a ampliação da capacidade de armazenamento dos reservatórios Nova Pampulha e Céu Azul em 20 milhões de litros.
- O Programa Caça-Esgoto (Meta 2010) elimina os lançamentos indevidos nos cursos d’água da RMBH, encaminhando os esgotos para as estações de tratamento. Além disso, a COPASA participa, na forma de convênios com as Prefeituras, da urbanização de fundos de vales e despoluição de cursos d’água nas cidades de Betim, Contagem, Vespasiano, Ribeirão das Neves e Ibirité, que juntos com a implantação de novas estações de tratamento de esgotos, contribuem para a despoluição e revitalização da bacia do Rio São Francisco.
- A AGE aprovou a realização dos seguintes empreendimentos: Copanor no valor de R\$ 545 milhões, barragens contra inundações na Bacia do Rio Sapucaí no valor de R\$ 310 milhões e a

adutora de transferência das Bacias do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba na RMBH no valor de R\$ 160 milhões.

- Continuidade das ações de cooperação com o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU no atendimento a pequenas localidades carentes de infra-estrutura sanitária, sob cobertura de convênio. Essas ações estão contidas no programa estruturador do Governo denominado “Saneamento Básico: mais saúde para todos”, totalizando R\$ 17,8 milhões em sistemas simplificados de água, estações de tratamento de esgotos, módulos sanitários, resíduos sólidos e sistema de esgotamento sanitário. Em outros convênios (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/ Projeto Vida no Vale e Proágua/Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM), os valores investidos em 2007, totalizaram aproximadamente R\$ 47,6 milhões.
- Continuidade na implantação do Programa “3T – Telemedição, Telesupervisão e Telecomando”. Com o pleno funcionamento desse sistema, a empresa poderá realizar uma gestão otimizada das unidades de produção e distribuição de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Definido e aprovado esse modelo, pretende-se que seja expandido para as principais unidades do interior do Estado, formando uma grande rede de dados e informações operacionais voltada para a operação dos sistemas de abastecimento de água.
- Consolidação do processo de licitações para compra de materiais e serviços por intermédio de “pregões”, eletrônico e presencial. Foram realizados 744 pregões durante o ano de 2007, estimando-se que tenham proporcionado uma economia de R\$ 28,5 milhões nessas compras, e ganhos em agilidade, transparência e redução de burocracia.
- Continuidade das ações de prevenção da poluição e degradação ambiental, com foco na recuperação e conservação dos recursos hídricos, e com o apoio de ações de educação sanitária e ambiental.
- Aprimoramento do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), com destaque para a definição dos critérios de provimento das carreiras de técnico especialista e analista master, permitindo a quem investir na própria competência profissional ter condições de alcançar reconhecimento e remuneração compatíveis com sua dedicação.
- Publicação do terceiro Balanço Social, mantendo-a no rol das empresas que desenvolvem a consciência crítica e o estímulo das idéias e iniciativas que contribuem para a prática da responsabilidade social e ambiental.

## **Estratégias**

Dentro de seus objetivos estratégicos, a COPASA busca expandir e aperfeiçoar suas operações de forma a maximizar valor para seus acionistas e cumprir sua missão de prover soluções em saneamento mediante a cooperação técnica e a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dessa forma, contribui para a melhoria da qualidade de vida, das condições ambientais e do desenvolvimento econômico-social das áreas onde atua. Para alcançar tais objetivos, suas estratégias são as seguintes:

- Expandir sua atuação no setor de saneamento no Estado de Minas Gerais.
  - operar em 2008, todas as concessões de abastecimento de água e esgotamento sanitário obtidas até 31 de dezembro de 2007;
  - aumentar até 2010, o índice de atendimento das populações das localidades onde já opera para 100% no caso de abastecimento de água e para 95% nos serviços de esgotamento sanitário;
  - atingir até 2010, a cobrança da tarifa plena referente ao esgotamento sanitário nos municípios onde, por não tratar os esgotos, pratica descontos sobre as respectivas tarifas;
  - obter até 2010 as concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário em (i) 51 municípios com população superior a 15 mil habitantes e, ainda (ii) outros 108 municípios com população inferior a 15.000 habitantes;

- obter até 2010, as concessões para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 33 municípios de Minas com população superior a 15 mil habitantes.

Por meio de sua atual política de gestão, a COPASA pretende:

- Continuar aprimorando, através de investimentos contínuos, a qualidade dos serviços, tanto para água quanto para esgoto, e dos procedimentos operacionais que adota.
- Continuar com sua política de aprimoramento da gestão. A partir de 2003, a companhia acredita ter dado um salto qualitativo com a implantação do planejamento estratégico, o qual estabeleceu objetivos, metas e ações estratégicas para a orientação de seus negócios. Por meio desse plano, que é revisado periodicamente, foram estabelecidos indicadores de desempenho que afetam, inclusive, parte da remuneração de seus empregados.
- Continuar o desenvolvimento iniciado com a implantação do ERP/ SAP, ampliando os módulos a serem monitorados pela ferramenta, a capacitação dos usuários e a qualidade dos relatórios gerenciais.
- Promover o fortalecimento da marca “COPASA” associando-a a produtos e serviços de alta qualidade. Nesse sentido, em razão do reconhecimento da qualidade de seu trabalho, foram estabelecidos convênios de cooperação com parceiros, o que resulta em aumento de nossa exposição no Brasil e no exterior. Adicionalmente, a COPASA Águas Minerais representa uma oportunidade de negócios que lhe permite explorar comercialmente quatro fontes de água mineral de reconhecida qualidade internacional.
- Continuar expandindo sua atuação mediante cooperação técnica com municípios fora do Estado de Minas Gerais e do Brasil, bem como com o setor privado, utilizando sua reconhecida capacitação técnica para prover soluções diversificadas na área de saneamento. Caso surjam oportunidades que atendam aos seus padrões de rentabilidade, a companhia espera operar sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário fora do Estado de Minas Gerais utilizando, para tanto, nossa expertise gerencial e operacional.

A COPASA acredita que a estratégia global que adota lhe permitirá atender à grande demanda por serviços de saneamento básico com melhor qualidade e mais agilidade, e, ao mesmo tempo, melhorar seus resultados operacionais e sua situação econômico-financeira.

## **Subsidiárias**

Durante o ano de 2007 com autorização da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a COPASA pôde criar a Copanor, a COPASA Águas Minerais de Minas e a COPASA Serviços de Irrigação, através das quais pretendemos reforçar nossa presença e posição de mercado, aproveitar oportunidades de negócios, fortalecer nossa marca e relacioná-la a serviços e produtos de elevado padrão de qualidade.

### *COPASA Águas Minerais de Minas S.A.*

Em 22 de março de 2006, assinamos um protocolo de intenções de cooperação técnica com a CODEMIG, que é titular dos direitos minerários das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá e proprietária dos parques de águas localizados nos municípios de Caxambu, Cambuquira e Lambari, bem como de outros direitos minerários, que representam potencial de exploração futuro neste setor.

Em 11 de janeiro de 2007, fomos autorizados a constituir a subsidiária integral voltada para a exploração de recursos hidrominerais no Estado e, em 11 de abril de 2007 foi constituída a COPASA Águas Minerais, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado. As marcas “Caxambu”, “Cambuquira”, “Araxá” e “Lambari” serão sucessivamente lançadas em Minas Gerais e em outros estados no decorrer de 2008.

O investimento total previsto é de R\$ 35,0 milhões e o potencial de produção é de 150 milhões de litros de água mineral por ano, sendo que a produção mínima prevista é de 4,8 milhões por ano em Araxá, 3 milhões em Cambuquira e Lambari e 36 milhões de litros por ano em Caxambu.

Os investimentos aplicados no exercício de 2007 em manutenção e compra de equipamentos e na reforma e modernização das fábricas representam o montante de R\$ 13,9 milhões, sendo que para 2008 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 7,2 milhões para aplicação em obras e instalações e aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos para assunção de novas fontes e criação de novas unidades de envase e de distribuição.

#### *COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A - Copanor*

Em abril de 2007, foi promulgada a Lei nº. 16.698/07, que autorizou a criação de uma subsidiária integral com a atribuição de planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a coleta, a reciclagem, o tratamento e a disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial, a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Em consequência foi criada, em 26 de junho de 2007, a Copanor, uma subsidiária integral sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede em Teófilo Otoni, MG. O objetivo da Copanor é operar os sistemas de água e esgoto em localidades com população compreendida na faixa de 200 até 5.000 habitantes e prestando serviços com padrão de qualidade adequado e tarifas reduzidas, possibilitadas por custos operacionais menores e investimentos não onerosos, patrocinados pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

O projeto envolvendo a Copanor está focado, inicialmente, na região nordeste do Estado de Minas Gerais, onde serão atendidas aproximadamente 400 mil pessoas. Os investimentos necessários para a implantação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, estimados em aproximadamente R\$ 545,0 milhões, serão feitos diretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais, e o cronograma inicial prevê a entrada em operação de todos os sistemas até 2010.

Através da atuação da Copanor, comunidades antes sem acesso a serviços de saneamento básico terão oportunidade de melhorar significativamente sua qualidade de vida, saúde e educação, promovendo sua inclusão social. Além disso, pela transferência das concessões que atualmente são deficitárias à Copanor, os resultados financeiros da COPASA serão positivamente impactados, sem prejuízo do atendimento à população de tais regiões.

Para o exercício de 2008 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 205,0 milhões a serem aplicados na manutenção e adequação da infra-estrutura operacional e na implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário com tratamento.

#### *COPASA Serviços de Irrigação S. A.*

A Lei nº 16.698/07 autorizou a criação de uma subsidiária integral com o objetivo de administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba II, bem como a realizar sua manutenção. Em 27 de agosto de 2007 foi criada a COPASA Serviços de Irrigação, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, para a operação do sistema de irrigação em uma área total de 34,8 mil hectares, dos quais 11,3 mil correspondem a área de reserva ambiental e 19,3 mil hectares de área irrigável, no âmbito do Projeto Jaíba II.

O Projeto Jaíba é um projeto conjunto de perímetro de irrigação promovido pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de Minas Gerais, concebido para ser um catalisador do desenvolvimento econômico e social da região Norte de Minas Gerais.

Os investimentos iniciais em infra-estrutura serão realizados pelo Governo de Minas, no valor total estimado de R\$ 10 milhões para o período de 2008 a 2011. Para o exercício de 2008 estão previstos cerca de R\$ 5,5 milhões destinados às operações de manutenção e adequação da infra-estrutura operacional, bem como à aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos.

## **Cooperação técnica**

Além disso, a empresa vem expandindo seus serviços por meio da prestação de cooperação e assistência técnica, firmando contratos ou convênios com diversas empresas do setor de saneamento, dentre os quais destacamos:

### *EPAL – Empresa Pública de Águas (Angola)*

A partir da assinatura do convênio em 1º de dezembro de 2006, no valor de US\$ 250 mil, a COPASA vem desenvolvendo ações de cooperação nas modalidades de assistência técnica e transferência de tecnologia em abastecimento público de água.

O convênio prevê, além da transferência de tecnologia nas áreas de engenharia, obras e operação do sistema de abastecimento de água, a elaboração de projetos de desenvolvimento institucional nas áreas administrativa, de transporte, recursos humanos, planejamento, comercial, financeira, informática e meio ambiente, entre outros. O convênio foi celebrado pelo prazo de um ano contado da data de sua assinatura podendo ser prorrogado mediante comum acordo entre as partes.

Em junho de 2007 foi realizada nossa primeira visita técnica a Angola para iniciar os treinamentos dos funcionários da EPAL. A partir de então, complementando o intercâmbio, vários empregados da COPASA foram enviados a Angola para executar as etapas do trabalho previstas no contrato.

Por outro lado, funcionários da EPAL, entre diretores, gerentes e profissionais operacionais visitaram a COPASA para conhecerem mais detalhadamente a empresa. O grupo visitou unidades operacionais na capital e no interior, além de conhecer algumas unidades de apoio que serão objeto do desenvolvimento institucional daquela companhia. O objetivo dessas visitas é estreitar o relacionamento profissional entre as duas empresas.

### *SANECAP - Cuiabá (MS)*

Foi assinado, no dia 05 de outubro de 2007, um contrato de assistência técnica com a prefeitura de Cuiabá, com o objetivo de auxiliar no Programa de Reestruturação Empresarial da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap). O contrato tem um valor de R\$ 700 mil, para dar cobertura aos trabalhos pelos próximos dois anos. A COPASA vai prestar serviços de consultoria, além de fornecer soluções no intuito de aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados.

O termo do contrato tem a finalidade de racionalizar, modernizar e aperfeiçoar os processos operacionais, comerciais e gerenciais da Sanecap, na busca do incremento da receita operacional. A COPASA vai promover o treinamento dos empregados visando sua capacitação para as novas formas de trabalho, bem como para a adequação aos serviços.

### *ESSAP – Paraguai*

Em setembro foi assinado um contrato de assistência técnica entre a COPASA e a Empresa de Serviços Sanitários do Paraguai (ESSAP). Os trabalhos envolvem capacitação de empregados e transferência de tecnologia. O convênio tem prazo de um ano e o valor do contrato é US\$ 200 mil.

O principal objetivo desse contrato é o desenvolvimento da gestão operacional do sistema de abastecimento de água metropolitano de Assunção, por meio da transferência do *know how* da COPASA em combater e reduzir perdas de água e em gerenciar sistemas de abastecimento de grande porte, aumentando a oferta de água sem necessidade de ampliar o sistema.

## **Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico**

A COPASA empreende diversas atividades de pesquisa e inovação, voltadas para o desenvolvimento tecnológico dos processos de produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e preservação ambiental, dentre os quais destacamos o combate às perdas de água e de

faturamento, ao atendimento integrado de nossos clientes, à informatização das áreas de manutenção e à automação de unidades operacionais. Ademais, desenvolvemos inúmeras pesquisas em diversas áreas do conhecimento científico, quer seja por meio de parcerias com fornecedores de equipamentos e materiais, quer seja com instituições de ensino e pesquisa de renome, como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e a Universidade Federal de Minas Gerais.

Dentre os programas acima mencionados, destacamos o Sistema de Atendimento Integrado – SATI, que visa a obter ganhos de produtividade, redução dos índices de perdas de água na distribuição, elevação da qualidade dos serviços prestados e assegurar a satisfação dos clientes, por meio de melhorias nos processos e das técnicas de execução dos serviços. Destacamos também nosso Sistema Gerencial de Manutenção Eletromecânica – SIGMA, que desde 1985 vem reestruturando e informatizando as áreas de manutenção e que atualmente está inserido no sistema integrado ERP – Enterprise Resource Planning, que entrou em operação em outubro de 2006.

Acredita-se que a empresa possua atualmente a maior rede de dados terrestre do Estado de Minas Gerais, que permite que todos os nossos pontos remotos de dados convirjam para um único ponto em nossa sede regional de Belo Horizonte, possibilitando maior integração e agilidade de nossos processos e facilitando a administração dos dados. Desta forma, nossas 592 unidades de serviços localizadas em sedes municipais do Estado de Minas Gerais onde atuamos, podem acessar essa rede de dados e obter informações sobre a Companhia.

Outro importante projeto é o de transmissão de dados sem fio, via GPRS, denominado SILEIM - Sistema de Leitura e Impressão Simultânea, que permite a execução das leituras dos medidores das unidades consumidoras, o processamento, a emissão e a entrega instantânea da nota fiscal/fatura aos nossos clientes no ato da medição. Dentre os resultados obtidos após a implantação deste novo projeto, que está em fase de desenvolvimento em todo Estado, destacamos: (i) redução em 42,9% do custo direto de leitura e entrega de faturas (aproximadamente R\$16,0 milhões/ano); (ii) redução do prazo de leitura do hidrômetro e emissão da nota fiscal/fatura, que atualmente é feita no ato da medição; e (iii) possibilidade de redução do ciclo de faturamento de 14 para 9 dias.

Em 2005, foi assinado contrato para implantação de um sistema integrado de gestão empresarial – ERP, por meio da utilização do *software* de gestão fornecido pela SAP. O prazo de implementação foi de 12 meses, com mais 5 meses de operação assistida. O sistema entrou em operação em outubro de 2006, conforme previsto no cronograma inicial, com a implantação dos módulos: Finanças, Recursos Humanos, Controladoria e Orçamentos, Empreendimentos, Manutenção e Gestão de Frota, Suprimentos, Licitações e Auto-Atendimento (Portal). O valor gasto neste projeto foi aproximadamente R\$ 42 milhões. Atualmente está em desenvolvimento, com prazo de encerramento previsto para abril de 2008, a implantação do SAP na subsidiária Águas Minerais de Minas, pelo mesmo Consórcio que gerenciou sua implantação na COPASA.

A área de desenvolvimento tecnológico tem celebrado contratos de cooperação técnica com empresas de diversas especialidades do setor de saneamento para implantação de novas tecnologias. Dentre as novas tecnologias prospectadas, visando sua introdução na empresa destacamos as seguintes:

- **Caminhão de recomposição asfáltica a quente** – transporta asfalto quente, mantendo sua temperatura em níveis adequados para pequenas recomposições, melhorando sensivelmente a qualidade dos serviços.
- **Produção de biodiesel com óleo residual de cozinha** – objetiva minimizar o lançamento deste óleo nas redes coletoras de esgotamento sanitário. Faz parte do projeto o envolvimento da sociedade na sua coleta, criando assim uma nova consciência ambiental. O biodiesel gerado nesse processo, poderá ser aplicado nos veículos da frota da empresa, uma vez que já foram identificadas refinarias para produzir o biocombustível.
- **Aproveitamento de metano na co-geração de energia** – o projeto propõe o aproveitamento do biogás para co-geração de energia elétrica e secagem do lodo resultante do processo de tratamento para a ETE Arrudas.

- **Desidratação de lodo em UTR e ETE** - objetiva prospectar soluções tecnológicas para a desidratação de lodo. Esta tecnologia poderá ser aplicada em diversas estações de tratamento de água ou esgoto, evitando investimento em aquisição de áreas para secagem do lodo e construção de lagoas.
- **Microvala** – objetiva desenvolver metodologia que diminui as dimensões das valas feitas pela empresa, resultando em menores danos à pavimentação e evitando transtornos para o público.

## Desempenho Operacional

Em 2007, a população atendida pela COPASA aumentou em 475 mil pessoas, atingindo quase 12 milhões de habitantes. Este número representa um índice de atendimento de 97,8% em sua área de atuação e de 61,4% em relação à população total do Estado. O número de municípios atendidos com prestação de serviços de água passou de 584, em 2006, para 596 em dezembro de 2007.

Este desempenho se refletiu no número de ligações da empresa, que apresentou acréscimo de 138 mil ligações faturadas de água, sendo 23,4 mil ligações referentes ao início de faturamento de sistemas de água em novas localidades. A rede de distribuição de água foi ampliada em 3,5% (1.339 km), perfazendo um total de quase 40.000 km. A tabela a seguir destaca os dados gerais de atendimento com abastecimento de água:

**COPASA**  
**Dados Gerais de Atendimento com Abastecimento de Água**  
**2006 - 2007**

Itens	Unidades	2006	2007
Municípios com concessão (1)	número	610	611
Municípios com operação (2)	número	584	596
População atendida (3)	mil habitantes	11.508	11.983
Índice de atendimento (4)	%	97,7	97,8
Atendimento à população do estado (5)	%	59,3	61,4
Ligações faturadas	mil unidades	3.036	3.174
Extensão de rede	km	38.359	39.698
Volume de água faturado	1.000 m <sup>3</sup> /ano	575.671	589.718
Volume água produzido	1.000 m <sup>3</sup> /ano	828.801	862.234

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros.

(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros.

(3) - População conectada à rede de água.

(4) - População atendida em relação à população das localidades com prestação de serviços.

(5) - População atendida em relação à população total (urbana + rural) do estado.

Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário, a expansão foi maior, resultado do esforço empreendido para aumentar a cobertura desses serviços e maximizar os ganhos de escala e escopo. O número de municípios operados aumentou 20%, passando de 90 municípios em 2006 para 108 no ano de 2007, beneficiando uma população total de 6,2 milhões de habitantes, com incremento de 453 mil pessoas atendidas. O atendimento em relação à população total do Estado

aumentou de 29,9% para 32% em dezembro de 2007.

Esse atendimento é realizado por meio de 1,52 milhão de ligações faturadas de esgoto, representando um aumento de 127 mil ligações (9,1%) em relação ao ano de 2006. Dessas, 68,7 mil referem-se ao início de faturamento de novas localidades. A rede coletora expandiu em 660 km, totalizando mais de 13.000 km.

A tabela a seguir mostra os principais dados relativos aos serviços de esgotamento sanitário:

**COPASA MG**  
**Dados Gerais de Atendimento com Esgotamento Sanitário**  
**2006 - 2007**

Itens	Unidades	2006	2007
Municípios com concessão (1)	número	180	184
Municípios com operação (2)	número	90	108
População atendida (3)	mil habitantes	5.791	6.244
Índice de atendimento (4)	%	81,7	81,0
Atendimento à população do estado (5)	%	29,9	32,0
Ligações faturadas	mil unidades	1.392	1.519
Extensão de rede	km	12.563	13.223
Volume de esgoto faturado	1.000 m <sup>3</sup> /ano	303.869	317.726
Volume de esgoto tratado	1.000 m <sup>3</sup> /ano	75.913	100.916

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros.

(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros.

(3) - População conectada à rede coletora de esgoto.

(4) - População atendida em relação à população das localidades com prestação de serviços.

(5) - População atendida em relação à população total (urbana + rural) do estado.

Outro avanço significativo foi relativo ao volume de esgoto tratado, que atingiu 100,9 milhões de m<sup>3</sup>, com elevação de 32,9% em relação ao ano anterior, devido ao início de operação de 31 Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs em diversas cidades do Estado, entre as quais destacamos Betim, Bueno Brandão, Carlos Chagas, Janaúba, Malacacheta e São João Del Rei, e, ainda, à ampliação do volume tratado pela ETE Onça, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A expansão da empresa no último ano elevou o volume faturado de água tratada em 14,0 milhões de m<sup>3</sup> (2,4%) e em 13,9 milhões de m<sup>3</sup> (4,6%) o volume faturado de esgoto. Contribuíram para este resultado a ampliação do número de pessoas atendidas com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas localidades onde já operávamos esses sistemas e o início de faturamento dos sistemas de água em novas localidades, dentre as quais destacam-se as sedes municipais de Açucena, Chácara, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Franciscópolis e Tabuleiro, e de sistemas de esgoto em novas localidades, como as sedes municipais de Campina Verde, Cláudio, Congonhas, Curvelo, Extrema, Itapecerica e Salinas.

Outro resultado bastante positivo é a produtividade do quadro de pessoal, a qual é medida pela relação empregados/1.000 ligações (água + esgoto) que passou de 2,50 empregados/1000 ligações em 2006 para 2,36 em 2007, principalmente devido ao crescimento verificado no número de ligações e ao contingenciamento do quadro das áreas administrativas.

O quadro a seguir apresenta, para o período indicado, o desempenho de alguns indicadores operacionais comerciais:

**COPASA MG**  
**Indicadores de Desempenho Operacional/Comercial**  
**2006 - 2007**

<b>Indicador</b>	<b>Unidades</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
1-Empregados	n°	11.067	11.080
2-Empregados/ligações (A+E)	emp/1.000 ligações	2,50	2,36
3-Volume faturado			
Água	1.000 m³/ano	575.671	589.718
Esgoto	1.000 m³/ano	303.869	317.726
Total	1.000 m³/ano	879.540	907.444
4-Volume de água produzido	1.000 m³/ano	828.801	862.234
5-Índice de hidrometração	%	99,77	99,74
6-Índice de perdas de faturamento (1)	%	30,6	31,6
7-Água Não Convertida em Receita - ANCR (1)	l/ligação/dia	259,6	260,9

(1) - Média anual.

O indicador Água Não Convertida em Receita – ANCR, que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente faturado aos consumidores atingiu 260,9 l/lig/dia em 2007. Os estudos tem demonstrado que tal indicador, que inclui basicamente, as perdas reais de água decorrentes do rompimento de tubulações, os furtos e as imprecisões de medição, é um dos menores dentre as empresas de saneamento do Brasil.

Este desempenho é resultado do Programa de Combate e Redução das Perdas de Água - PRPA, que a empresa implantou e vem desenvolvendo desde 2003 tendo como base conceitos do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - PNCDA e da *International Water Association* – IWA, com recursos financeiros assegurados de mais de R\$ 100 milhões. Através do PRPA buscamos implantar um modelo de gestão integrada de combate às perdas, acompanhar a evolução dos indicadores de perdas de água e implementar ações que visam eliminar as causas mais frequentes destas perdas.

O índice de inadimplência total, que corresponde à divisão do saldo de contas a receber pelo valor total faturado, considerando dados acumulados desde Jan/98, apresentou um pequeno aumento neste exercício, de 0,08 pontos percentuais, porém, mesmo assim, continua sendo considerado um dos melhores do país e referência para as demais companhias que atuam no setor.

<b>Inadimplência total</b>	
2006	1,57%
2007	1,65%

Buscando evitar os prejuízos resultantes da aplicação da Lei Federal 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabeleceu novas regras para a interrupção dos serviços no caso de inadimplência (ações de suspensão e tamponamento só podem ser realizados 30 dias após a emissão do aviso de corte), a COPASA procurou ajustar rapidamente seu sistema comercial às novas regras, o que resultou em um índice de inadimplência em 2007 praticamente igual ao excelente resultado obtido em 2006.

## Controle de Qualidade da Água

A rede laboratorial da COPASA, composta de 29 laboratórios, subdivide-se em Laboratórios Central, Regionais, Distritais e centenas de Laboratórios Locais, os quais estão distribuídos por todo o Estado e cobrindo todas as localidades operadas pela COPASA. A cobertura laboratorial continua sendo substancialmente incrementada, tanto física como tecnicamente. As obras dos novos e modernos laboratórios já foram concluídas. Várias unidades foram reformadas e construídas, como por exemplo os Laboratórios Regionais de Teófilo Otoni, Varginha, e Leopoldina, além dos Distritais e Locais.

Foram aplicados até o final de 2007 recursos da ordem de R\$ 15 milhões em obras e aquisição de equipamentos. Os equipamentos mais antigos foram substituídos por outros mais modernos e, ainda, foram adquiridos novos equipamentos, os quais tem contribuído para a realização de mais de um milhão de análises mensais.

O rigor no monitoramento e controle de qualidade em todas as etapas da captação, tratamento e distribuição de água foi atestado pela British Standards Institution – BSI, que ratificou em 2006 a certificação ISO 9001 – 2000 do Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório Central, em Belo Horizonte. Em cumprimento à legislação, a COPASA disponibiliza em sua home page e em todas as contas de água, informações sobre parâmetros básicos de controle de qualidade da água de cada uma das localidades onde opera o serviço público de abastecimento de água.

A Portaria nº. 518, de 25 de março de 2004, editada pelo Ministério da Saúde que regula a qualidade da água a ser distribuída à população, estabelece, em seu Capítulo IV, artigo 11, os padrões de potabilidade da água para consumo humano no Brasil, que se equivalem aos padrões internacionais adotados em países desenvolvidos. No Estado de Minas Gerais, compete às Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipais o controle de qualidade da água.

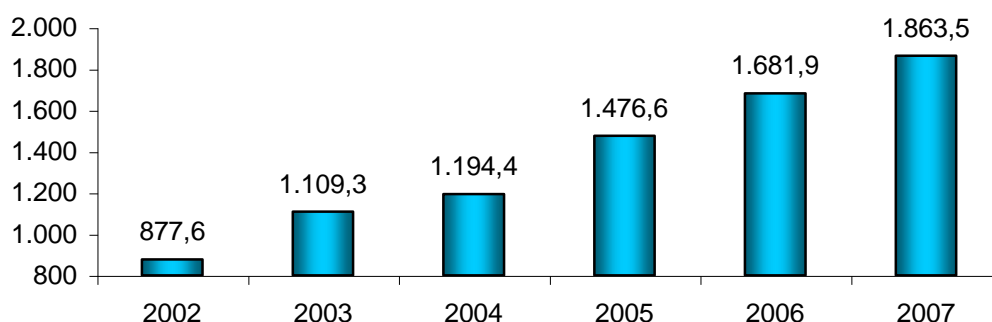
A COPASA busca sempre atender à regulamentação em vigor e, para tanto, possui um rigoroso sistema de controle de qualidade que realiza análises antes, durante e depois do processo de tratamento da água, assim como em milhares de pontos, tecnicamente selecionados, em toda a malha de redes de distribuição por onde corre a água a ser entregue à população.

Desde março de 2006, seus clientes estão recebendo informações sobre a qualidade da água que estão consumindo. Nas contas de água são informados os principais parâmetros estabelecidos pela Portaria 518, do Ministério da Saúde: cloro, cor, flúor, coliformes, turbidez, pH e escherichia coli. Além disso, são discriminados os valores de referência e as explicações sobre cada um desses parâmetros.

## Desempenho financeiro

Os resultados econômico-financeiros da COPASA em 2007 mostram que a Companhia obteve bons indicadores financeiros no ano. A receita operacional líquida atingiu R\$1.863,5 milhões, o que representa um crescimento de 10,8% sobre os R\$1.681,9 milhões registrados em 2006, devido à adesão de 475 mil novos habitantes com o serviço de água e de 453 mil novos habitantes com o serviço de esgotamento sanitário, dando continuidade ao nosso Plano de Expansão e também devido ao reajuste tarifário ocorrido em março de 2007.

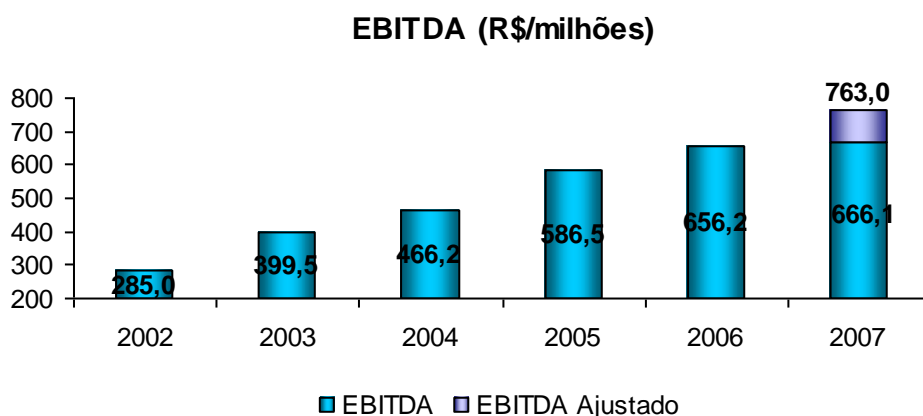
**Receita Líquida (R\$/milhões)**



## Resultado Operacional da Companhia

O resultado operacional da Companhia medido pelo EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) atingiu R\$ 666,1 milhões, com um crescimento de 1,5 % em relação ao registrado no exercício de 2006 que foi de R\$ 656,2 milhões. Esse resultado foi impactado pelas provisões não recorrentes (PIS/COFINS, Crédito-prêmio do IPI), provisões essas que totalizaram R\$ 96,9 milhões no ano.

Tivemos também, aumento nas despesas com o fundo de pensão dos empregados - Previminas, devido à necessidade de cobertura do déficit do Plano Atuarial. Estes dois provisionamentos impactaram diretamente o EBITDA. No entanto, se excluirmos as despesas não recorrentes no valor de R\$ 96,9 milhões, o EBITDA no exercício foi de R\$ 763,0 milhões, 16,3% maior que o registrado em 2006. Essas provisões serão explicadas no item Custos Operacionais, ao longo deste relatório.



## Custos Operacionais

Os custos operacionais, que compreendem os custos dos serviços prestados, despesas administrativas, despesas comerciais e outras despesas operacionais, totalizaram R\$ 1.453,3 milhões no exercício de 2007, uma elevação de 15,7% em relação aos R\$ 1.256,5 milhões registrados no exercício de 2006.

Essa elevação nos custos pode ser justificada pelos provisionamentos de despesas, a saber:

### Créditos-prêmio de IPI

A Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 64,6 milhões, decorrente de créditos-prêmio de IPI adquiridos no ano de 2001, que foram utilizados em compensações de débitos tributários, no período de 2001 e 2002. O Superior Tribunal de Justiça vinha reconhecendo, até recentemente, o direito do crédito-prêmio de IPI. Contudo, um parecer de consultores externos, acatado pelos nossos consultores legais internos, que foi solicitado em função da decisão da seção do STJ de 24/10/2007, levou a Administração da Companhia a constituir a presente provisão até que seja pacificado o entendimento sobre a matéria visto que essa decisão depende de julgamento definitivo pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, órgão cuja competência ainda não foi desafiada sobre o assunto.

## PIS/PASEP e Cofins

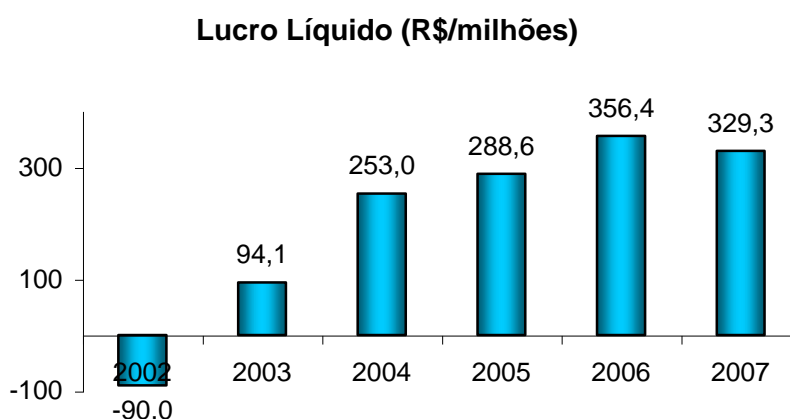
Provisão decorrente da utilização de créditos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período janeiro de 2004 a agosto de 2007, cuja dedutibilidade foi objeto de questionamento por parte dos Auditores Externos. Considerando-se que a legislação vigente é omissa quanto à definição dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do objeto social da Companhia e as incertezas e divergências de interpretação quanto à aplicabilidade do texto legal, a Companhia procedeu ao reconhecimento, no valor de R\$ 40,2 milhões, através de provisionamentos das diferenças apuradas, até que seja definida a base legal de tais créditos.



## Lucro líquido e Rentabilidade

No que se refere ao lucro líquido apurado em 2007, o valor foi de R\$ 329,3 milhões, uma redução de 7,6% em relação aos R\$ 356,4 milhões registrados em 2006, sendo que as provisões tributárias e a provisão do passivo atuarial do plano de benefício patrocinado pela Companhia, contribuíram para que os resultados fossem reduzidos. Por outro lado, as receitas financeiras provenientes do caixa da Companhia influenciaram de forma positiva os resultados.

A rentabilidade sobre o Patrimônio líquido da Companhia no exercício de 2007 foi de 9,4%.



## Remuneração aos Acionistas e Desempenho das Ações

Levando-se em consideração os resultados alcançados no exercício, a administração da Companhia declarou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios aos detentores de ações em 11 de junho de 2007, no valor bruto de R\$ 20,6 milhões, perfazendo um

valor bruto de R\$ 0,18 por ação e aos detentores de ações em 11 de setembro de 2007 no valor bruto de R\$ 30,9 milhões, perfazendo um valor bruto de R\$ 0,27 por ação.

Foi também declarado pelo Conselho de Administração juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, aos detentores de ações em 28 de março de 2008, no valor bruto de R\$ 27,6 milhões ou R\$ 0,24 por ação. Assim, o total de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício de 2007 foi de R\$ 79,2 milhões ou R\$ 0,69 por ação. Esse valor corresponde a 25,3% do lucro líquido do exercício deduzida a reserva legal. A data do pagamento do montante do crédito de juros sobre o capital próprio atribuído aos acionistas deverá ser definida na Assembléia Geral dos acionistas que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

As ações da Companhia ajustadas pelos juros sobre o capital próprio/dividendos, avançaram 26,48 % ao longo do exercício. Sua cotação ajustada aos juros sobre o capital próprio/dividendos que era de R\$ 24,51 no último pregão de 2006, fechou no valor de R\$ 31,00 em 28 de dezembro de 2007, último pregão do ano.

Com o objetivo de fomentar a liquidez das suas ações, a Companhia contratou o UBS Pactual para exercer a função de formador de mercado, pelo período de 12 meses, prorrogável automaticamente por igual período, sendo que a atividade iniciou em 10 de setembro de 2007.

### **Governança Corporativa e Relações com Investidores**

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado, que é o nível mais alto de Governança Corporativa da Bovespa e é composto por empresas que se comprometem voluntariamente a cumprir práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira.

Dentre outros direitos detidos pelos acionistas da Companhia, podemos citar o direito ao voto, pois a Companhia possui apenas ações ordinárias, concessão de *tag along* de 100% (condições idênticas às oferecidas ao acionista majoritário, no caso de alienação do controle), atuação com um Conselho de Administração de no mínimo de 20% de conselheiros independentes, sendo que a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2007 apenas quatro membros dependentes, num total de nove membros do Conselho.

Além desses direitos, a Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, desde que não envolvam direitos indisponíveis, conforme cláusula Compromissória constante de seu Estatuto Social.

Acredita-se que as boas práticas de governança geram valor à empresa ao facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Assim, com o objetivo de se aproximar ainda mais dos analistas e investidores, durante o exercício de 2007 a Companhia participou de vários eventos. Dentre esses eventos, podem ser citadas as reuniões no âmbito da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, para a apresentação e discussão aberta sobre o desempenho e os resultados da COPASA em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Uberlândia, bem como diversos seminários. A Companhia esteve presente também na Expo Money realizada em Belo Horizonte, quando recebeu cerca de 2.100 participantes interessados em conhecer melhor a Companhia.

### **Situação Financeira**

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa, bancos e aplicações financeiras de R\$ 989,5 milhões. A dívida bruta total em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 1.459,1 milhões, sendo 94,5% em reais e 5,5% em dólar. O montante da dívida é extremamente confortável em relação à geração de caixa da Companhia.

Em 2007 foram negociados os seguintes financiamentos:

▪ **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**

**Debêntures 2ª emissão** - foi celebrado, em 23 de maio de 2007, Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante. Essa emissão é composta por 1.130.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 124,80 totalizando R\$ 141.024 mil, em série única. A data de emissão é 1º de junho de 2007 e o vencimento final dar-se-á em 1º de junho de 2013. Cada debênture poderá ser convertida a partir do 1º dia do 13º mês contado da data da emissão. O custo financeiro das debêntures pelo valor de R\$ 31,20, é de 2,3% a.a. acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Até 3 de dezembro de 2007 foram subscritas e integralizadas a totalidade das debêntures, atualizadas conforme estabelecido na escritura, no montante de R\$ 143.628.358,20.

O banco mandatário e escriturador da operação é o Bradesco e o agente fiduciário a Planner Corretora de Valores.

**Debêntures 3ª emissão** – foi celebrado, em 23 de maio de 2007, Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples. Essa emissão é composta por 450 debêntures da espécie com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão, totalizando R\$ 450,0 milhões, em 18 séries, no valor de R\$ 25,0 milhões cada. A data de emissão é 06 de dezembro de 2007, e o prazo para subscrição é de até 30 meses a partir da data de emissão. Foram subscritas, em 26 de dezembro de 2007, o montante de R\$ 150.685.918,92 correspondendo a 150 debêntures da 1ª à 6ª série, devidamente atualizadas conforme escritura. Esses recursos correspondem aos pré-investimentos realizados e pagos pela COPASA de obras de água e esgoto que compõem o financiamento. O custo financeiro das debêntures é de 2,3% aa acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O prazo da liquidação da dívida é de 144 meses, sendo 30 meses de carência contados a partir da data da emissão. O vencimento final dar-se-á em 15 de dezembro de 2019.

▪ **Caixa Econômica Federal - CEF**

**Contrato de Financiamento** – Foi celebrado contrato de financiamento, em 3 de agosto de 2007, no valor de R\$ 180.706.016,52 cujos recursos serão destinados em sua grande maioria ao Programa de Água e Esgoto da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O prazo de amortização da dívida é de 240 meses sendo o período de carência de 14 a 32 meses, cujo período é estabelecido em função do tipo de empreendimento. O custo financeiro é de 8,5% a.a. acrescido da Taxa Referencial de Juros - TR.

Adicionalmente, encontram-se também em fase de negociação os seguintes financiamentos:

*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES*

▪ **Contrato de financiamento** – No encerramento do exercício encontrava-se em fase final de negociação o contrato de financiamento no valor de R\$ 48.361 mil, cujos recursos serão destinados ao programa de esgotamento sanitário e desenvolvimento institucional da COPASA. O prazo de liquidação da dívida é de 120 meses, sendo 36 de carência. O custo financeiro é de 2,3% a.a. acrescido da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

▪ **Contrato de financiamento** - referente ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal, os projetos já foram hierarquizados pelo Ministério das Cidades para a captação de R\$ 578,2 milhões no âmbito do Programa Saneamento para Todos. Financiamento em análise no BNDES.

*Caixa Econômica Federal- CEF*

▪ **Contrato de financiamento** - referente ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal, cujos projetos já foram hierarquizados pelo Ministério das Cidades, para a captação de R\$ 52,0 milhões no âmbito do Programa Saneamento para Todos.

► Em 31 de dezembro de 2007, dos financiamentos contratados nos anos anteriores com a CEF, BNDES e empréstimos socializados com Unibanco/Bradesco e Itaú, restavam ainda R\$ 779,9

milhões a serem liberados nos próximos exercícios, para serem aplicados no Programa de Obras da empresa.

## Atuação social

### Recursos Humanos

A COPASA encerrou o exercício de 2007 com 11.080 colaboradores, um incremento de 13 empregados em relação ao ano de 2006. A tabela abaixo indica a evolução de seu quadro de profissionais, nos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro	
	2007	2006
<b>Número por categoria profissional</b>		
Técnico e operacional	6.682	6.241
Administrativo	4.398	4.826
<b>Número de empregados por localização geográfica</b>		
Sede Administrativa	1.534	2.169
Região metropolitana de Belo Horizonte (exceto Sede Administrativa)	3.239	2.681
Interior	6.307	6.217
<b>Total</b>	<b>11.080</b>	<b>11.067</b>

A COPASA deu continuidade em 2007 aos dois planos de remuneração criados a partir de 2003, os quais contribuem diretamente para os resultados da Companhia, que são: a Gratificação de Desempenho Institucional (GDI) - gratificação concedida a todos os empregados em razão do resultado do trabalho coletivo e a Gratificação de Desempenho Gerencial (GDG) - gratificação concedida aos empregados ocupantes de cargo de confiança, formalmente designados por meio de processo seletivo interno, em função da apuração da performance da unidade organizacional que gerencia, e, ainda, ao Programa de Participação nos Lucros - PL que beneficia também a todos os empregados, tendo sido instituído em 2005, em conformidade com a legislação trabalhista brasileira aplicável, mas também vinculada a indicadores de desempenho empresarial.

Em 2007, foram investidos, dentro do Programa de Educação Corporativa, aproximadamente R\$0,9 milhão em atividades de capacitação para o trabalho e desenvolvimento profissional, correspondendo a mais de 233 mil horas de treinamento.

A empresa desenvolve anualmente o Programa de Educação Corporativa, que tem como um de seus objetivos a difusão do conhecimento instalado, atendendo as prioridades e competências essenciais. O programa visa, ainda, a otimização da aplicação dos recursos por meio de agentes de educação corporativa, capacitando multiplicadores para repasse do conhecimento internamente, contemplando desde a suplência de educação básica até cursos de pós-graduação, incluindo a participação de empregados em cursos técnicos de segundo grau em congressos e seminários.

Outro programa que teve início em 2007 é o Programa Trainee, que tem como objetivo desenvolver nos participantes habilidades e potencialidades no âmbito da gestão empresarial e constituir-se como oportunidade de crescimento profissional, buscando proporcionar uma visão sistêmica da organização e dos seus principais processos, e um melhor entendimento dos negócios da empresa, preparando de forma profissional e objetiva a sucessão dentro da empresa. Nessa primeira etapa o programa contou com a participação de 12 empregados pré-selecionados.

A COPASA desenvolve, ainda, diversos projetos para o seu público interno e acaba de reformular o seu plano de carreiras, cargos e salários para oferecer melhores perspectivas de crescimento profissional.

## **Programas sociais**

A COPASA possui uma forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. Realiza diversos investimentos em projetos culturais e sociais, e na formação e desenvolvimento das comunidades com as quais interage. Dentre seus principais projetos destacam-se:

### **- Projetos desenvolvidos para a comunidade:**

**Confiágua** – Ao longo da Estrada Real, a COPASA implantou, em parceria com o Sebrae, Sesi e Instituto Estrada Real, este programa criado pelo Governo do Estado para promover o turismo e contribuir para a geração de novos empregos. Hotéis, pousadas, restaurantes e outros estabelecimentos passam a ter um “pós-venda” da COPASA. A empresa que já garante a qualidade da água que chega aos estabelecimentos, passa a realizar o controle das instalações hidráulicas internas destes estabelecimentos e atesta, por meio de um selo, que a água está adequada para todos os usos

**Programa de Estagiários** - destinado a estudantes dos níveis médio profissionalizante e superior, promove uma articulação entre o aprendizado teórico e prático e propicia experiência profissional que poderá contribuir para a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

**Galeria de Arte COPASA** - espaço destinado a divulgar os novos talentos das artes plásticas em Minas Gerais, com uma programação regular de exposições montada a partir de Edital de Concorrência Pública.

**Programa de Doação de Papel Reciclável** - coleta e doação de papel, papelão e outros materiais recicláveis a diversas entidades carentes.

**Programa de Recuperação de Comunidades Carentes** - ações de educação ambiental e mobilização de comunidades carentes voltadas para a melhoria das condições sanitárias, ambientais e visuais de pequenos povoados, recuperando a auto-estima e resgatando a cidadania dos habitantes locais.

**Programa de Implantação de Tecnologias Alternativas para Pequenas Comunidades** - emprego de tecnologias alternativas de baixo custo, tais como a construção de estações de tratamento de água e esgoto em ferrocimento, para atendimento a pequenas comunidades.

**Centro de Referência do Cidadão - CRC** - programa desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais, CEMIG, Polícia Militar e Faculdade de Direito da UFMG para implantação de postos de atendimento em vilas e favelas com alta taxa de violência.

### **- Projetos desenvolvidos para empregados da empresa e familiares:**

**Programa de Educação** - promove a alfabetização de 1ª a 8ª série de empregados, após o horário de trabalho, em salas de aula montadas na própria empresa.

**Programa de Prevenção e Atendimento ao Sujeito em Relação ao Álcool e às Drogas - PASA** - aborda a prevenção e o tratamento do alcoolismo, tabagismo e outras dependências químicas, que comprometem o relacionamento interpessoal e laboral de empregados, numa perspectiva bio-psico-social voltada para a melhoria da qualidade de vida e recuperação do indivíduo.

**Programa de Apoio e Prevenção à AIDS - APA** - trabalha na prevenção, promovendo ações informativas de forma a propiciar ao empregado condições para evitar a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, entre elas a AIDS. Presta assistência ao empregado portador do vírus HIV, doentes de AIDS e seus familiares.

**Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA** - objetiva minimizar o impacto provocado no indivíduo pela passagem do estágio de trabalho para o pós-trabalho, preparando-o para uma nova vida e para assumir novos papéis sociais que lhe garantam o sentido de utilidade da vida.

**Programa de Apoio à Família e ao Adolescente** - oferece orientações médicas, psicológicas e sociais para grupos de adolescentes, filhos de empregados da empresa.

**Galeria de Arte dos Empregados da COPASA** - espaço de valorização dos empregados, destinado a estimular sua expressão artística, descobrir novos talentos e a humanizar as relações empresariais.

**Coral COPASA** - composto por empregados e dependentes, participa de eventos sociais e culturais, divulgando o nome da empresa.

**Cia. de Teatro Água Viva** - composta por empregados da COPASA, de forma lúdica, vem motivando e provocando reflexões sobre temas relacionados à saúde do trabalhador.

Além dessas ações a COPASA patrocina vários eventos culturais, artísticos, sociais e esportivos que, além de possibilitarem o crescimento cultural da comunidade, também trazem lazer, saúde e entretenimento para a população. Dentre os eventos patrocinados em 2007, através da Lei de Incentivo Fiscal ou de recursos próprios da empresa, merecem destaque: Expresso Melodia, Museu Clube da Esquina, Dia Mundial da Água, Concertos no Parque, Dia do Voluntariado, além de corridas, caminhadas e campeonatos de natação.

Ainda em 2007 foram assinados três convênios de cooperação técnica e financeira entre a COPASA e a Secretaria de Estado de Defesa Social, sendo o primeiro, com recursos compartilhados entre os dois órgãos, para o desenvolvimento de ações corretivas e preventivas, que consistem na elaboração de projetos e na execução de obras e serviços para a adequação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de todas as unidades prisionais e sócio-educativas do Estado de Minas Gerais, bem como na implantação de sistemas de aquecimento solar.

Já o segundo convênio, com recursos da COPASA, estabelece a parceria para a profissionalização, capacitação e re-socialização de 30 presos do Sistema Prisional de Minas Gerais, integrando-os às equipes de manutenção de água da COPASA nas cidades de Ribeirão das Neves e Ipaba. Ressalte-se que somos a primeira empresa do setor a tomar uma iniciativa desta natureza.

Quanto ao terceiro convênio, a COPASA em parceria com o SENAI, ofereceu em 2007 o curso de Aprendizagem Social em Saneamento Básico a 40 jovens de comunidades em situação de risco social.

## **Meio Ambiente**

A COPASA é uma empresa comprometida com o controle de aspectos e impactos sobre o meio ambiente, segurança e saúde ocupacional relacionados às nossas atividades, produtos e serviços. Além disso, possui preocupação contínua com o cumprimento rigoroso de toda a legislação ambiental, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

A política ambiental, aprovada por seu Conselho de Administração em junho de 2005, tem como principais objetivos atender à legislação ambiental, avaliar o desempenho ambiental de seus sistemas produtivos, reduzir os impactos ambientais e prevenir a poluição em todos os seus processos, produtos e serviços, implantar um Sistema de Gestão Ambiental, atuar em conjunto com a comunidade e instituições federais, estaduais e municipais nas bacias hidrográficas onde está presente, em busca da recuperação e preservação dos mananciais, além de promover a comunicação com seus acionistas, fornecedores, clientes, órgãos governamentais e a comunidade com o objetivo de motivar e disseminar ações responsáveis de conservação e defesa do meio ambiente.

Em 2007, foram investidos cerca de R\$54 milhões nas ações de elaboração de diagnósticos, estudos e projetos, pesquisa e monitoramento de recursos hídricos, proteção e preservação de mananciais, tratamento de esgoto e em outras ações de meio ambiente.

Sua política ambiental é abrangente, possuindo inclusive, atividades de conscientização da população e programas internos de conscientização de seus mais de 11 mil empregados.

Nesse sentido destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos:

**Projeto Chuá:** programa de educação ambiental e sanitária desenvolvido, com o apoio das superintendências regionais de ensino, para proporcionar aos estudantes da 5ª série do 1º grau um

primeiro contato com um sistema de saneamento básico, visando o desenvolvimento de uma nova consciência naqueles que serão os consumidores do futuro. Oferece material didático para professores e alunos, visitas às estações de tratamento de água da empresa em várias cidades mineiras e promove, no interior do Estado, um concurso de cartilhas sobre a água, com premiação para os vencedores.

**Programa Integrado de Proteção dos Mananciais - SIPAM:** desenvolvido em parceria com a EMATER, Polícia Militar Ambiental, IEF, entidades ambientalistas e a comunidade das bacias selecionadas, destina-se à recuperação de bacias hidrográficas por meio de diversas ações de conscientização e mobilização das comunidades, que resultam no plantio de mata ciliar, recuperação de nascentes, uso racional de agrotóxicos, prevenção de incêndios e educação ambiental, dentre outras.

**Programa de Visitas aos Centros de Educação Ambiental:** promove educação ambiental através de visitas monitoradas de estudantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de todos os níveis, às reservas ambientais da COPASA.

Destaca-se, ainda, o **Projeto Manuelzão**, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que promove ações integradas de revitalização e preservação da bacia do Rio das Velhas, principal fonte de produção de água para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

## **Saneamento Rural**

A COPASA é o instrumento do Governo Estadual no atendimento às pequenas localidades carentes de infra-estrutura sanitária, por meio do Programa “Saneamento Básico: mais saúde para todos”. Esse programa objetiva a implantação de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos e de módulos sanitários residenciais em comunidades rurais, sedes municipais e assentamentos, sendo que a maior parte destas localidades situa-se no norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha.

Em dezembro de 2007, foi assinado novo convênio entre a COPASA e a SEDRU – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, com recursos financeiros do Governo do Estado, no valor de R\$ 27,9 milhões, visando a implementação de ações de saneamento (água, esgoto e resíduos sólidos) em localidades carentes, fora da área de concessão da COPASA.

### **Projeto piloto Vida no Vale (SEPLAG/COPASA)**

Implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversas localidades do Estado de Minas Gerais, situadas nas bacias dos Rios Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus,. O Programa busca a universalização do saneamento básico nas localidades compreendidas no âmbito destas bacias hidrográficas, de maneira sustentável, através de parcerias entre o Governo do Estado, as Prefeituras Municipais e a COPASA (por meio de sua subsidiária COPANOR). Em 2007 foram investidos aproximadamente R\$ 18,0 milhões, recursos estes oriundos do Tesouro Estadual.

## **PROÁGUA**

Em Minas Gerais, o PROÁGUA/Semi-árido é coordenado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM com apoio técnico da COPASA. Em 2007 foram implantados 24 sistemas de abastecimento de água, 07 sistemas de esgotamento sanitário / estação de tratamento de esgoto e 844 módulos sanitários, beneficiando cerca de 48.000 pessoas. Os investimentos, no montante de R\$ 29,6 milhões, foram realizados com recursos do Ministério do Meio Ambiente.

## Prêmios recebidos

Em 2007, a COPASA continuou sua trajetória como empresa de excelência no cenário nacional, recebendo vários prêmios, dentre os quais se destacam os seguintes:

- **Melhores da Dinheiro** – A COPASA foi escolhida, pela terceira vez consecutiva, como a melhor empresa do setor de “Serviços Públicos”. A premiação, concedida pela Revista Isto é Dinheiro, da Editora Três, elege anualmente empresas pelo seu balanço, sob os aspectos de responsabilidade social, meio ambiente, inovação tecnológica, gestão financeira, governança corporativa e recursos humanos.

- **Prêmio Balanço Anual** - A Gazeta Mercantil e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – Ibmecc concederam à COPASA o Prêmio Balanço Anual 2007, como a melhor empresa nacional na categoria Saneamento e Limpeza. Em sua 31ª edição, o prêmio apresenta ampla análise de dados empresariais, elaborada a partir dos balanços de 2006 das companhias em atuação no Brasil. A escolha das melhores foi feita com base em critérios de rentabilidade do capital, determinados pelo Ibmecc. As 30 empresas vencedoras foram selecionadas num universo de 10 mil companhias, representantes dos setores da indústria, comércio, serviços e agronegócio.

- **Prêmio Excelência Empresarial** - Concedido em 2007 pela revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, a COPASA foi eleita a melhor empresa nacional de saneamento de 2006. Os critérios avaliados são os indicadores contábeis, a estrutura de capital, a lucratividade, a liquidez, o desempenho econômico-financeiro e o posicionamento de mercado, entre outros aspectos.

- **Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS** - A COPASA ganhou dois troféus – Ouro e Platina - e consagrou-se também como finalista na categoria Inovação da Gestão em Saneamento (IGS). O Departamento Operacional Oeste (DPOE), em Araxá, recebeu o reconhecimento máximo como melhor unidade de saneamento do Brasil e foi condecorada com o troféu Platina Nível III. Esta categoria é inédita na premiação do PNQS e foi introduzida nesta edição. O grande vencedor na categoria Ouro – Nível II, foi o Departamento Operacional Norte (DPNT), localizado em Montes Claros. Já o Departamento Operacional Leste (DPLE), recebeu o Certificado de Compromisso com a Excelência, com o compromisso de melhorar o processo de gestão.

Criado em 1997, o PNQS – Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - objetiva premiar as melhores empresas de saneamento. Os principais objetivos do PNQS são agregar valor, estimular ações para a melhoria dos processos operacionais e gerenciais das empresas e promover a excelência nos serviços prestados para a população, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida. O PNQS foi o primeiro prêmio da América Latina idealizado especialmente para o setor de saneamento e é concedido pelo Comitê Nacional da Qualidade, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).

- **Prêmio Ser Humano** - A COPASA foi uma das vencedoras do Prêmio Ser Humano 2007 na categoria Gestão de Pessoas, com o trabalho “Processo Seletivo Interno para Cargos de Confiança na COPASA – MG: uma mudança de paradigma em uma empresa pública”.

O prêmio, em sua sétima edição, tem o objetivo de reconhecer e premiar os trabalhos de sucesso nas categorias: Responsabilidade Social e Gestão de Pessoas, sendo promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais ABRH-MG.

- **IX Prêmio Minas Desenvolvimento Empresarial** – A COPASA foi uma das 25 vencedoras da categoria “Empresa Excelência de Minas”, concedido pela Revista Mercado Comum. A escolha das vencedoras obedeceu a critérios rigorosos e estritamente técnicos, como a análise de balanços, das demonstrações de lucro e perdas; e dos relatórios de administração divulgados, com base no exercício encerrado no ano de 2006. Outro elemento levado em conta foi o XI Ranking de Empresas Mineiras, que compreendeu o estudo e ordenamento de mais de 600 empresas no Estado.

- **Prêmio Brasil de Meio Ambiente** - No início do ano a COPASA ganhou este prêmio que é promovido pelo Jornal do Brasil, revista Forbes, Gazeta Mercantil e revista JB Ecológico. A empresa foi destaque estadual com o Programa de Despoluição do Rio das Velhas - Meta 2010,

desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), em articulação com o comitê da bacia.

O papel da COPASA foi reconhecido pela comissão julgadora por sua contribuição para o cumprimento da Meta 2010, também conhecida por Linha Azul, idealizada pelo Projeto Manuelzão. A iniciativa prevê a navegação, a pesca e a natação no Rio das Velhas, em seu trecho metropolitano, até 2010. Atualmente existem 16 estações de tratamento de esgoto - ETEs em operação na bacia do Rio das Velhas, e dentro de 2 anos serão mais 10, que beneficiarão uma população de mais de 5 milhões de habitantes em seu entorno.

## **Relacionamento com os auditores**

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras encerradas em 31.12.2007, elaboradas de acordo com a legislação brasileira, foram realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

**QUADRO 1****COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006****(Em milhares de reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	
		<b>2007</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades	04	989.907	989.493	830.292
Contas a receber de clientes	05	335.819	335.819	257.873
Estoques		28.066	26.512	26.780
Impostos a recuperar		8.658	8.658	17.790
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	376	376	-
Créditos diversos	06	13.510	13.358	7.506
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.376.336</b>	<b>1.374.216</b>	<b>1.140.241</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Realizável a longo prazo:				
Contas a receber de clientes	05	185.574	185.574	172.111
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	52.352	52.352	17.495
Depósitos judiciais	16	13.899	13.899	2.177
Caução em garantia de financiamentos	10 e 11	50.700	50.700	34.305
Créditos diversos	07	39.614	42.538	19.288
Investimentos	08	1.219	15.150	965
Imobilizado	09	3.859.219	3.846.815	3.376.944
Intangível	09	182.868	182.868	161.123
Diferido		3.186	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.388.631</b>	<b>4.389.896</b>	<b>3.784.408</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.764.967</b>	<b>5.764.112</b>	<b>4.924.649</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

**QUADRO 1 (página 2)**

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

**(Em milhares de reais)**

<b>PASSIVO</b>	<b>NOTA</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	
		<b>2007</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	10	95.760	95.760	90.027
Debêntures - juros remuneratórios	11	48.590	48.590	20.825
Empreiteiros e fornecedores		93.332	92.600	122.314
Impostos, taxas e contribuições		34.152	34.042	27.212
Provisões tributárias	17	5.392	5.392	-
Provisão para férias		51.054	51.054	47.965
Provisão para contingências		-	-	15.955
Participação dos empregados nos lucros	15	20.821	20.821	23.930
Juros sobre o capital próprio	14	77.135	77.135	87.712
Convênio de cooperação técnica	23	37.726	37.726	51.350
Plano de previdência complementar	22	12.887	12.887	9.994
Energia elétrica	12	33.134	33.134	13.910
Obrigações diversas	12	12.542	12.529	26.940
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>522.525</b>	<b>521.670</b>	<b>538.134</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Exigível a longo prazo:				
Empréstimos e financiamentos	10	765.324	765.324	663.003
Debêntures	11	549.411	549.411	259.772
Provisão para contingências	16	32.737	32.737	-
Provisões tributárias	17	104.767	104.767	-
Plano de previdência complementar	22	153.896	153.896	103.292
Energia elétrica	12	59.723	59.723	66.072
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.797	8.797	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	15.855	15.855	17.495
Obrigações diversas	12	40.574	40.574	19.830
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.731.084</b>	<b>1.731.084</b>	<b>1.129.464</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	14	2.632.242	2.632.242	2.632.242
Reservas de capital		70.388	70.388	47.403
Reservas de lucros		808.728	808.728	577.406
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.511.358</b>	<b>3.511.358</b>	<b>3.257.051</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.764.967</b>	<b>5.764.112</b>	<b>4.924.649</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

## QUADRO 2

### COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Em milhares de reais)

	<u>NOTA</u>	<u>Consolidado</u> <u>2007</u>	<u>Controladora</u>	
			<u>2007</u>	<u>2006</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Serviços de água		1.559.249	1.559.249	1.323.966
Serviços de esgoto		517.584	517.584	541.071
		<b>2.076.833</b>	<b>2.076.833</b>	<b>1.865.037</b>
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA				
Impostos incidentes sobre vendas		(189.941)	(189.941)	(171.435)
Descontos e abatimentos		(23.416)	(23.416)	(11.690)
		<u>(213.357)</u>	<u>(213.357)</u>	<u>(183.125)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<b>1.863.476</b>	<b>1.863.476</b>	<b>1.681.912</b>
Custo dos serviços prestados		<u>(886.127)</u>	<u>(886.127)</u>	<u>(756.430)</u>
LUCRO BRUTO		<b>977.349</b>	<b>977.349</b>	<b>925.482</b>
Despesas comerciais		(118.319)	(118.319)	(147.517)
Despesas administrativas		(288.809)	(288.809)	(308.444)
Outras despesas operacionais	25	(160.103)	(160.103)	(44.128)
Outras receitas operacionais		33.632	33.632	31.494
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		<b>443.750</b>	<b>443.750</b>	<b>456.887</b>
Despesas financeiras	25	(73.444)	(73.444)	(71.409)
Receitas financeiras	25	116.242	116.242	126.140
Juros sobre o capital próprio	14	(79.208)	(79.208)	(90.688)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS		<b>407.340</b>	<b>407.340</b>	<b>420.930</b>
RESULTADO DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS				
Despesas de variações monetárias e cambiais	25	(32.205)	(32.205)	(50.228)
Receitas de variações monetárias e cambiais	25	37.818	37.818	61.750
		<u>5.613</u>	<u>5.613</u>	<u>11.522</u>
LUCRO OPERACIONAL		<b>412.953</b>	<b>412.953</b>	<b>432.452</b>
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDAS		<u>25</u>	<u>25</u>	<u>(806)</u>
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		<b>412.978</b>	<b>412.978</b>	<b>431.646</b>
Provisão para imposto de renda	19	(116.393)	(116.393)	(114.048)
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	19	(25.649)	(25.649)	(27.938)
LUCRO APÓS OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		<b>270.936</b>	<b>270.936</b>	<b>289.660</b>
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	14	79.208	79.208	90.688
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		<b>350.144</b>	<b>350.144</b>	<b>380.348</b>
Participação dos empregados nos lucros	15	(20.821)	(20.821)	(23.911)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<b>329.323</b>	<b>329.323</b>	<b>356.437</b>
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício		114.794.772	114.794.772	114.794.772
Lucro líquido por ação (em R\$)		2,87	2,87	3,10

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

**QUADRO 3****COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****(Em milhares de reais)**

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Auxílios, doações e subvenções	Ações em tesouraria	Total	Legal	Retenção de lucros			Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		1.715.989	39.051	(9.190)	29.861	31.789	279.868	311.657	-	2.057.507
Integralização em dinheiro		813.462	-	-	-	-	-	-	-	813.462
Ingresso proveniente de adiant. p/ aumento de capital		102.791	-	-	-	-	-	-	-	102.791
Doações e subvenções		-	17.542	-	17.542	-	-	-	-	17.542
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	356.437	-	356.437
Distribuição proposta:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	-	-	17.822	-	17.822	(17.822)	-
. Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(90.688)	(90.688)
. Retenção de lucros		-	-	-	-	-	247.927	247.927	(247.927)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		2.632.242	56.593	(9.190)	47.403	49.611	527.795	577.406	-	3.257.051
Doações e subvenções		-	22.985	-	22.985	-	-	-	-	22.985
Ajuste de exercícios anteriores	27	-	-	-	-	-	(18.793)	(18.793)	-	(18.793)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	329.323	-	329.323
Distribuição proposta:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal	14	-	-	-	-	16.466	-	16.466	(16.466)	-
. Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	-	-	-	-	(79.208)	(79.208)
. Retenção de lucros	14	-	-	-	-	-	233.649	233.649	(233.649)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		2.632.242	79.578	(9.190)	70.388	66.077	742.651	808.728	-	3.511.358

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## QUADRO 4

### COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA

#### DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Em milhares de reais)

	<u>NOTA</u>	<u>Consolidado</u> <u>2007</u>	<u>Controladora</u>	
			<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>				
Recursos originados das operações (conforme abaixo)		651.828	651.828	528.600
Financiamentos		566.473	566.473	160.162
Aumento do exigível a longo prazo		67.796	67.796	-
Integralização de capital em dinheiro	14	-	-	813.462
Ingressos por adiantamento para aumento de capital		8.797	8.797	-
Doações e subvenções para investimento		22.985	22.985	17.542
<b>Total das origens</b>		<b>1.317.879</b>	<b>1.317.879</b>	<b>1.519.766</b>
<b>APLICAÇÃO DE RECURSOS</b>				
Juros sobre o capital próprio	14	79.208	79.208	90.688
Aumento do realizável a longo prazo		89.390	92.314	7.888
Adições ao imobilizado		726.691	714.287	708.271
Adições em investimentos	08	254	254	-
Integralização de capital em controlada	08	-	13.931	-
Adições ao diferido		3.186	-	-
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante		167.446	167.446	75.625
<b>Total das aplicações</b>		<b>1.066.175</b>	<b>1.067.440</b>	<b>882.472</b>
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		<b>251.704</b>	<b>250.439</b>	<b>637.294</b>
<b>VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE</b>				
Ativo circulante				
No início do período		1.140.241	1.140.241	336.847
No fim do período		1.376.336	1.374.216	1.140.241
		<b>236.095</b>	<b>233.975</b>	<b>803.394</b>
Passivo circulante				
No início do período		538.134	538.134	372.034
No fim do período		522.525	521.670	538.134
		<b>15.609</b>	<b>16.464</b>	<b>(166.100)</b>
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		<b>251.704</b>	<b>250.439</b>	<b>637.294</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RECURSOS ORIGINADOS DAS OPERAÇÕES</b>				
Lucro líquido do exercício		329.323	329.323	356.437
Itens que não afetam o capital circulante:				
Depreciação e amortização	09	222.337	222.337	199.367
Custo residual do ativo imobilizado baixado		334	334	1.072
Encargos financeiros e variação cambial e monetária sobre o realizável e o exigível a longo prazo		(4.294)	(4.294)	(28.276)
Provisões tributárias	17	104.767	104.767	-
Provisão para passivo atuarial	22	18.154	18.154	-
Ajuste de exercícios anteriores	27	(18.793)	(18.793)	-
<b>TOTAL ORIGINADO DAS OPERAÇÕES</b>		<b>651.828</b>	<b>651.828</b>	<b>528.600</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

**(Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)**

---

#### **01. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objeto é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de dezembro de 2007:

- Subsidiária Integral COPASA Águas Minerais de Minas S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objeto de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.
- Subsidiária Integral COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objeto de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.
- Subsidiária Integral COPASA Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, que tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Atuamos em 879 localidades no Estado de Minas Gerais (não auditado) (851 em 2006 - não auditado), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, merecendo destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº. de economias (não auditado)	Vencimento	Localidade	Vencimento
Belo Horizonte	871.278	2032	Belo Horizonte	2032
Contagem	196.167	2073	Contagem	2073
Betim	111.330	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	101.134	2028	Betim	2042
Divinópolis	76.220	2033	Ipatinga	2022
Ribeirão das Neves	72.429	2034	Ribeirão das Neves	2034
Ipatinga	68.028	2022	Santa Luzia	2013
Santa Luzia	58.525	2013	Varginha	2013
Patos de Minas (*)	46.308	2007	Pouso Alegre	2026
Varginha	42.464	2013	Conselheiro Lafaiete	2009
Pouso Alegre	41.712	2026	Araxá	2032
Ibirité	41.358	2034	Lavras	2034
Conselheiro Lafaiete	39.160	2009	Teófilo Otoni	2034
Teófilo Otoni	36.587	2034	Itajubá	2034
Sabará (*)	35.955	2007	Alfenas	2033
Lavras	33.220	2034	Ibirité	2034
Araxá	32.170	2032	Coronel Fabriciano	2033
Itajubá	29.953	2034	Pará de Minas	2009
Ubá	29.625	2014	Três Corações	2034
Alfenas	27.631	2033	Vespasiano	2034

(\*) O contrato de concessão com o Município de Patos de Minas encerrou-se em 05 de julho de 2007 e com o Município de Sabará em 03 de agosto de 2007, entretanto, a Companhia já iniciou negociações para a renovação destes contratos, o que deve estar concluído em breve. O faturamento para o ano de 2007 em Patos de Minas foi de R\$17,4 milhões e em Sabará foi de R\$14,0 milhões, ou 1,14% e 0,87% do faturamento de água da Companhia, respectivamente.

Nos sistemas operados pela Copasa, os bens pertencentes aos Municípios foram incorporados ao imobilizado da Companhia como ativos intangíveis, pelo valor determinado em laudos técnicos de avaliação econômico-financeira, e são depreciados pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos mesmos, exceto os bens pertencentes aos sistemas de Além Paraíba e Ipatinga, que são depreciados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente.

Na maioria dos contratos há previsão das prefeituras participarem com 20% dos investimentos em saneamento realizados no município, sob a forma de integralização de capital na Companhia. Findo o prazo de concessão, e não havendo renovação da mesma, os bens incorporados ao patrimônio da Copasa, bem como aqueles decorrentes de investimentos da Companhia, reverterão ao patrimônio do Município, deduzida a participação no capital, mediante indenização à Copasa, com exceção de Além Paraíba e Ipatinga que serão devolvidos livres de quaisquer ônus. Esta indenização, nos contratos assinados até junho de 2006, corresponde ao valor do ativo líquido do sistema. Nos contratos assinados a partir de julho de 2006, a indenização devida pelo Município passou a ser calculada com base em laudos técnicos de avaliação dos bens integrantes do sistema, à época da devolução do mesmo. No caso da Prefeitura de Belo Horizonte, cujo contrato de concessão foi renovado em 2002, vide comentários adicionais na nota 18.

## 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 03. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### (a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

#### (b) Ativos circulante e não circulante

Os estoques de manutenção são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado. Os demais ativos são apresentados pelo valor histórico, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, em base pró-rata dia.

#### (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

##### Contas a receber de clientes

##### - Valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

##### - Valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para devedores duvidosos para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado. Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado contra o resultado.

##### - Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:

A partir de 1º de setembro de 2003, de acordo com posição adotada pela Administração, os créditos a receber de órgãos do Poder Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, passaram a ser integralmente provisionados.

##### - Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(d) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo método do custo de aquisição.

(e) Ativo Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, combinado com os seguintes aspectos:

- ativo imobilizado depreciado segundo as taxas descritas na nota 09;
- ao imobilizado são acrescidos os juros sobre financiamentos para obras, incorridos até a data de entrada das mesmas em operação.

(f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, em base pró-rata dia.

(g) Juros sobre o capital próprio

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº. 9.249/95, são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são revertidos do resultado e apresentados a débito de lucros acumulados.

(h) Imposto de renda e contribuição social

Registrados pelo regime de competência de exercícios, às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, calculados sobre os lucros tributáveis ajustados conforme legislação específica. São constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, se houver (“créditos tributários ativos”).

(i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, despesas e receitas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

(j) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade 21 (NPC 21) - Normas de Consolidação, emitidos pelo IBRACON, em março de 1982, e Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996, e incluem as demonstrações financeiras das empresas mencionadas na nota 08. Na consolidação foram observados os seguintes principais critérios:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e do resultado da equivalência patrimonial contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; e
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

(k) Alteração da Legislação Societária Brasileira, com vigência a partir de janeiro de 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As modificações na legislação societária são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conforme definido na Lei, considera-se de grande porte, para os fins exclusivos da referida Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões. Adicionalmente, companhias de capital fechado poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

As principais modificações que poderão afetar a Companhia são sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores;
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis;
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido;
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens (por exemplo, o “leasing” financeiro);

- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;
- Obrigatoriedade da Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, se houver, com o objetivo de assegurar que: (i) perda por não recuperação desses ativos será registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado;
- Requerimentos que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior;
- Criação do subgrupo de contas de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, para permitir: (i) o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; (ii) registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); (iii) ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle;
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais;
- Requerimento que em transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e que ocorra a efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da companhia a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.

Em razão destas alterações terem sido recentemente promulgadas e, algumas ainda dependerem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

#### 04. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007
Caixa e bancos (*)	166.378	40.175	166.792
Títulos e valores mobiliários (**)	823.115	790.117	823.115
	<b>989.493</b>	<b>830.292</b>	<b>989.907</b>

(\*) O aumento do saldo de caixa e bancos ocorreu em virtude do recebimento, em 26 de dezembro de 2007, do valor de R\$150.000 relativo ao desembolso de debêntures não conversíveis. Parcela de R\$35.000 foi utilizada na quitação de compromissos diversos, e o restante, no valor de R\$115.000, foi mantido em conta corrente.

(\*\*) A Controladora mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, além daqueles auferidos pela venda de ações, ocorrida em fevereiro de 2006, em Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que, em 2007, foi de 101,20% a 106%. Os saldos destas aplicações, efetuadas junto a diversas instituições, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$823.115, sendo R\$791.223 de recursos próprios e R\$31.892 de recursos de convênios. Em 31 de dezembro de 2006, estes saldos eram de R\$790.117, composto por R\$729.172 e R\$60.945, respectivamente. As receitas financeiras oriundas das aplicações de recursos próprios em 2007 totalizaram R\$86.944 (R\$98.543 em 2006).

#### 05. CLIENTES

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
a) Circulante		
Valores faturados		
A vencer	89.558	87.656
Vencidos até 30 dias	52.191	43.123
Vencidos de 31 até 60 dias	22.297	12.135
Vencidos de 61 até 90 dias	11.170	7.166
Vencidos de 91 até 180 dias	16.371	13.598
Vencidos acima de 180 dias	11.556	12.818
	<u>203.143</u>	<u>176.496</u>
Valores a faturar	<u>147.743</u>	<u>99.465</u>
	350.886	275.961
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(15.067)</u>	<u>(18.088)</u>
Total circulante	<u>335.819</u>	<u>257.873</u>
b) Ativo não circulante: realizável a longo prazo		
Valores a faturar	<u>185.574</u>	<u>172.111</u>
Saldo de clientes - circulante e longo prazo	<b><u>521.393</u></b>	<b><u>429.984</u></b>

A conta de clientes inclui R\$5.497 de faturas emitidas contra o Estado de Minas Gerais, e R\$2.395 faturados contra o Município de Belo Horizonte.

O saldo de valores a faturar demonstrado no realizável a longo prazo refere-se a débitos renegociados com a Prefeitura de Belo Horizonte, conforme mencionado na nota 18.

(\*) Além do montante da reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia contabilizou R\$29.177 de perdas na realização de créditos a receber, debitados diretamente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, na rubrica despesas comerciais. Em 2006, essas perdas foram de R\$50.051. A partir de 2005, a Companhia passou a reconhecer baixa de faturas de parcelamento de débitos de prefeituras, face ao não cumprimento dos prazos de pagamentos determinados em contrato.

Tais valores podem ser detalhados como segue:

	<b>Controladora</b>	
	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
1. Baixa direta de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias, e acima de R\$5, vencidos há mais de 360 dias	29.177	48.757
2. (Reversão) complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa para créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, referente clientes específicos que não vêm honrando suas obrigações	(3.021)	1.294
	<u><b>26.156</b></u>	<u><b>50.051</b></u>

Foram recuperados, em 2007, créditos já baixados no montante de R\$20.246 (R\$18.040 em 2006), contabilizados como outras receitas operacionais.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte:

	<b>Controladora</b>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
1. Saldo do início do exercício	18.088	16.794
2. (Reversão) provisão constituída no exercício	(3.021)	1.294
3. Saldo no final do exercício	<u><b>15.067</b></u>	<u><b>18.088</b></u>

## 06. ATIVO CIRCULANTE - CRÉDITOS DIVERSOS

São representados por:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2007</u>
Adiantamentos a empregados (*)	6.932	7.302	7.079
Despesas antecipadas (**)	5.519	-	5.524
Diversos	907	204	907
	<u><b>13.358</b></u>	<u><b>7.506</b></u>	<u><b>13.510</b></u>

- (\*) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias no valor de R\$6.835 pago aos empregados que gozaram férias no mês de dezembro de 2007.
- (\*\*) Refere-se a compra de créditos para o programa de alimentação dos empregados da Companhia.

## 07. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - OUTROS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2007</b>
Aplicação financeira vinculada (*)	39.137	18.628	39.137
Empréstimos Águas Minerais (**)	1.691	-	-
Empréstimos Copanor (***)	1.233	-	-
Diversos	477	660	477
	<b>42.538</b>	<b>19.288</b>	<b>39.614</b>

- (\*) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto - ETE Onça, no Município de Belo Horizonte, mediante o cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu R\$18.720 nos mesmos moldes do financiamento anterior, direcionado para a construção da ETE Betim Central, no Município de Betim. Face ao não cumprimento das metas, a Companhia mantém registro desses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (nota 12).
- (\*\*) Refere-se a salários e encargos de funcionários cedidos pela Companhia à Copasa Águas Minerais de Minas S.A., no período de junho a dezembro de 2007, e que serão reembolsados a partir do momento em que a referida subsidiária entrar em operação.
- (\*\*\*) Refere-se a gastos com perfuração de poços profundos assumidos pela Companhia em municípios inseridos na área de atuação da COPANOR. Esses gastos serão ressarcidos posteriormente pela referida subsidiária.

## 08. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007
Em sociedades controladas avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial			
Copasa Águas Minerais de Minas S.A.	13.929	-	-
Coponor	1	-	-
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	-	-
Subtotal	13.931	-	-
Em sociedades não controladas e não coligadas avaliadas pelo Método do Custo de Aquisição			
Prodemge - Cia. Processamento de MG	959	959	959
Brasil Telecom	66	-	66
Telesp	99	-	99
Vivo Participações	43	-	43
TIM Participações	30	-	30
Outras	22	6	22
Subtotal	1.219	965	1.219
Total	<b>15.150</b>	<b>965</b>	<b>1.219</b>

As principais informações sobre as investidas controladas são como segue:

Sociedades controladas	Quantidade de ações	Participação Copasa (%)	31/12/2007				
			Adiant. p/ fut. Aum. Capital	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos	Lucro (prejuízo)
Copasa Águas Minerais S.A.	13.929	100,00	13.928	1	13.929	-	-
Coponor	1	100,00	-	1	1	-	-
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	100,00	-	1	1	-	-
Total	<b>13.931</b>		<b>13.928</b>	<b>3</b>	<b>13.931</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31/12/2006	Equivalência Patrimonial	Aportes/ aquisições	Dividendos propostos	Outros	31/12/2007
	Copasa Águas Minerais S.A.	-	-	13.929	-	-
Coponor	-	-	1	-	-	1
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	-	-	1	-	-	1
Total	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.931</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.931</b>

## 09. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Controladora		Consolidado
			31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007
			Líquido	Líquido	Líquido
<b>Sistemas de água</b>					
Terrenos florestas/preservação ambiental	95.379	-	95.379	94.250	95.379
Construção e poços tubulares profundos	2.949.523	1.576.887	1.372.636	1.277.496	1.372.636
Instalações elétricas	14.972	11.812	3.160	3.426	3.160
Máquinas e equipamentos (DN) *	17.838	9.138	8.700	7.557	8.700
Máquinas e equipamentos (DA) *	361.296	299.318	61.978	52.533	61.978
Equipamentos de perfuração de poços	1.801	1.028	773	102	773
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.440.809</b>	<b>1.898.183</b>	<b>1.542.626</b>	<b>1.435.364</b>	<b>1.542.626</b>
<b>Sistemas de esgotamento sanitário</b>					
Terrenos	3.565	-	3.565	3.162	3.565
Construções	1.411.248	402.394	1.008.854	732.735	1.008.854
Instalações elétricas	240	65	175	94	175
Máquinas e equipamentos (DN) *	4.147	2.939	1.208	625	1.208
Máquinas e equipamentos (DA) *	31.101	22.299	8.802	13.076	8.802
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.450.301</b>	<b>427.697</b>	<b>1.022.604</b>	<b>749.692</b>	<b>1.022.604</b>
<b>Bens de uso geral</b>					
Terrenos	1.537	-	1.537	1.499	1.537
Construções	98.025	62.992	35.033	28.375	35.033
Instalações elétricas	25	19	6	8	6
Móveis e utensílios	5.392	3.261	2.131	2.106	2.173
Máquinas e equipamentos (DN) *	34.050	20.607	13.443	13.964	14.924
Ferramentas	84	84	-	-	-
Equipamentos de informática	44.810	29.251	15.559	13.222	15.602
Veículos	93.323	58.770	34.553	29.247	34.649
Motocicletas	5.013	2.780	2.233	827	2.233
Equipamentos pesados	5.883	4.080	1.803	1.057	1.803
<b>SUBTOTAL</b>	<b>288.142</b>	<b>181.844</b>	<b>106.298</b>	<b>90.305</b>	<b>107.960</b>
<b>Outras imobilizações</b>					
Outras imobilizações	52.483	-	52.483	19.623	52.618
Estoque para obras	69.451	-	69.451	76.674	69.451
Obras em andamento	1.053.353	-	1.053.353	1.005.286	1.063.960
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.175.287</b>	<b>-</b>	<b>1.175.287</b>	<b>1.101.583</b>	<b>1.186.029</b>
<b>TOTAL ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>6.354.539</b>	<b>2.507.724</b>	<b>3.846.815</b>	<b>3.376.944</b>	<b>3.859.219</b>
<b>Ativos intangíveis</b>					
Licença para uso de software	45.688	14.167	31.521	2.363	31.521
Diretrizes, métodos e processos	18.317	14.839	3.478	4.202	3.478
Servidões administrativas	3.643	1.737	1.906	1.943	1.906
Direito de exploração de concessões	162.052	16.291	145.761	152.449	145.761
Outros intangíveis	391	189	202	166	202
<b>TOTAL ATIVO INTANGÍVEL</b>	<b>230.091</b>	<b>47.223</b>	<b>182.868</b>	<b>161.123</b>	<b>182.868</b>

(\*) DN - depreciação normal; DA - depreciação acelerada.

Os bens alocados nos municípios em que os contratos não estabelecem indenização ao término da concessão, sistemas de Além Paraíba e Ipatinga, são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente. Os demais bens integrantes do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas estimativas de vida útil dos mesmos, de acordo com as taxas abaixo indicadas:

	<u>% anual</u>
Construção	4
Poços tubulares profundos	4
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos (DN - depreciação normal)	10
Máquinas e equipamentos (DA - depreciação acelerada)	20
Instalações elétricas	10
Equipamentos de perfuração de poços	15
Veículos e ferramentas	20
Equipamentos de informática	20
Equipamentos pesados	25

A amortização dos bens intangíveis é realizada de acordo com as seguintes taxas:

	<u>% anual</u>
Licença para uso de software	20
Diretrizes, métodos e processos	10

Servidões administrativas são valores pagos aos proprietários de faixas de terrenos utilizadas pela Companhia para a passagem de adutoras. Esses ativos são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos de concessão dos municípios onde os mesmos estão localizados.

Direito de exploração de concessões retrata a participação financeira da Companhia em obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras (nota 13), e são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos de concessão dos municípios assumidos.

Outras imobilizações compõem-se basicamente de adiantamentos para aquisições de terrenos.

As depreciações e amortizações do exercício totalizaram R\$222.337 (R\$199.367 em 2006) e foram apropriadas ao resultado.

Os sistemas de água representam bens e instalações em 879 localidades (não auditado) (851 em 2006 - não auditado) do Estado de Minas Gerais, sendo explorados de acordo com os contratos de concessões firmados com os municípios, cujos prazos variam entre 18 e 99 anos, sendo, em sua maior parte, com prazo de 30 anos.

O saldo da conta obras em andamento é representado, substancialmente, por empreendimentos para expansão e criação de sistemas de água, R\$394.770 (R\$425.895 em 2006), e de esgotamento sanitário, R\$472.863 (R\$537.290 2006).

No Exercício, a Companhia capitalizou, na conta obras em andamento, juros e encargos no valor de R\$48.485 (R\$44.721 em 2006).

## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2007		Controladora		Taxas % a.a.	Índice	Prazo final
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo			
Em moeda nacional							
Destinados ao imobilizado							
. Caixa Econômica Federal	49.234	499.266	33.835	342.221	(1)	TR	2022
. Governo Estadual/BDMG	7.576	25.542	7.968	29.821	(2)	IGP-M	2016
. Tesouro Nacional	29.244	169.761	27.510	195.312	5,38	TR	2014
Subtotal	86.054	694.569	69.313	567.354			
Em moeda estrangeira							
Destinados ao imobilizado							
. Banco do Brasil S.A.	2.039	2.037	2.456	4.911	(3)	Cambial	2009
. União Federal - bônus (*)	7.667	68.718	9.359	90.738	(4)	Cambial	2024
. Governo Estadual/BDMG	-	-	8.899	-	5,93	Cambial	2007
Subtotal	9.706	70.755	20.714	95.649			
Total	<b>95.760</b>	<b>765.324</b>	<b>90.027</b>	<b>663.003</b>			

(1) Taxas variáveis de 6,50% a 11,00%, mais 2% de taxa de administração - média em 31/12/2007 de 10,68% a.a. (idem em 2006).

(2) Taxas variáveis de 8,21% a 10,07% - média em 31/12/2007 de 8,87% a.a. (idem em 2006).

(3) Libor + spread 13/16 de 1% a.a.

(4) Cesta de taxa de juros - União Federal - bônus:

Bônus	Taxa de juros	Comissão
Debt Conversion Bond	Libor + spread 7/8 de 1% a.a.	0,2% a.a.
New Money Bonds	Libor + spread 7/8 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Flirb	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
C-Bond	8% a.a.	0,2% a.a.
Discount Bond	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Par Bond	6% a.a.	0,2% a.a.
El Bond	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Brazilian Investment Bonds	6% a.a.	0,2% a.a.

(\*) O montante dessa dívida, originalmente contraída junto a instituições financeiras externas, foi inserido no acordo concluído pelo governo brasileiro com a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal através da Resolução n.º 98, de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos.

Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional, a saber:

Tipo do bônus	Valor (US\$)	Emissão	Prazo em anos	Carência em anos	Amortização
Debt Conversion Bond	6.417.816,65	15.04.94	18	10	17 parcelas semestrais
New Money Bonds	564.191,28	15.04.94	15	7	17 parcelas semestrais
Flirb	572.507,83	15.04.94	15	9	13 parcelas semestrais
C-Bond	8.306.161,12	15.04.94	20	10	21 parcelas semestrais
Discount Bond	10.451.037,13	15.04.94	30	-	Única ao final de 30 anos
Par Bond	14.966.432,54	15.04.94	30	-	Única ao final de 30 anos
Brazilian Investment Bonds	1.562.313,76	31.08.89	25	10	30 parcelas semestrais
Total	<u>42.840.460,31</u>				

Em 03 de agosto de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$181.000, para execução de obras de água e esgotamento sanitário em diversas localidades, com as seguintes características:

- Encargos financeiros: juros de 6% a.a. e spread de 0,5% a.a.;
- Taxa de administração: 2% a.a.;
- Indexador: taxa referencial de juros - TR;
- Prazo de amortização: 240 meses;
- Prazo de carência: 10 a 48 meses;
- Garantia: conta reserva correspondente a 01 vez o serviço da dívida mensal e receita vinculada correspondente a 3 vezes o serviço da dívida mensal.

Até 31 de dezembro de 2007 foram liberados R\$2.862.

As parcelas de longo prazo vencem como segue:

Ano de vencimento	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
2008	-	85.827
2009	107.709	87.971
2010	111.749	83.454
2011	115.926	86.772
2012	119.132	88.702
2013	117.530	81.360
2014	78.117	41.766
2015 em diante	115.161	107.151
	<u>765.324</u>	<u>663.003</u>

Em relação aos financiamentos a Companhia oferece as seguintes garantias:

1. União Federal - bônus:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento.

### 1.1. Discount Bond e Par Bond:

Como garantia acessória desse financiamento, a Companhia mantém caucionado no Banco do Brasil o montante de R\$21.152, atualizado até 31 de dezembro de 2007 (R\$23.082 em 2006), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

### 2. Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

No intuito de garantir o cumprimento das obrigações da Companhia, assumidas nos contratos de repasse de recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, assinado entre a Caixa Econômica Federal, designada como gestora, e Unibanco, foram celebrados contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos em 04 de julho de 2006, com os agentes administradores Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal, conforme demonstrado abaixo:

Contrato	Número	Valor principal	Garantias		
			Cessão fiduciária	Conta vinculada	Conta reserva
Abertura crédito I		256.428			
Cessão fiduciária	2006 1637		17.000	17.000	9.708
I Termo aditivo	2006 2933		17.000	17.000	
Abertura crédito II		284.593			
Cessão fiduciária	2006 1639		15.300	15.300	
I Termo aditivo	2006 2934		15.300	15.300	
Total		<u>541.021</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.708</u>

Para estes contratos a Companhia oferece as seguintes garantias:

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPC-A divulgado pela FIP;
- Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos aos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, mantidos em fundos, aplicações financeiras ou detidos sob qualquer outra modalidade, decorrentes do pagamento dos créditos cedidos. Em 31 de dezembro de 2007 o fundo de liquidez composto pelo saldo da conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, e que está registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R\$9.708 (R\$4.622 em 2006);

### 3. Demais financiamentos:

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$714 (R\$653 em 2006).
- Os demais financiamentos são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

#### (1) *Covenants de contratos sindicalizados:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	igual ou maior que 350

(2) *Covenants de contratos com a CEF* - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 “Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:”, acima descritas.

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	maior que 365

Salientamos que até 31 de dezembro de 2007, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e financiamentos acima descritos.

## 11. DEBÊNTURES

Em junho de 2004, a Companhia realizou a colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, em lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R\$25.000 cada uma, até 31 de dezembro de 2007.

Os termos e condições contratuais foram os seguintes:

- Data de emissão 15 de junho de 2004
- Prazo 10 anos
- Carência do principal 36 meses
- Amortização 84 meses
- Vencimento final 15 de julho de 2014
- Remuneração TJLP + 3,58% a.a.
- Garantia 20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia, e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2007, o montante caucionado é de R\$19.126 (R\$5.948 em 2006).

Os recursos dessa emissão destinam-se ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão.

O preço de subscrição de cada série será equivalente ao valor nominal acrescido dos juros mencionados, calculados pro-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição.

Subscrições realizadas (1ª emissão):

#### Debêntures não conversíveis

Séries	Data de subscrição	Controladora			
		31/12/2007		31/12/2006	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
1ª e 2ª	30/06/2004	7.886	43.023	4.247	50.544
3ª e 4ª	09/11/2004	7.886	43.023	4.247	50.544
5ª e 6ª	29/07/2005	7.886	43.023	4.247	50.544
7ª	19/12/2005	3.943	21.511	2.124	25.272
8ª e 9ª	24/04/2006	7.887	43.022	4.247	50.544
10ª	19/12/2006	3.943	21.511	1.713	32.324
11ª e 12ª	23/03/2007	7.887	43.022	-	-
		<b>47.318</b>	<b>258.135</b>	<b>20.825</b>	<b>259.772</b>

Em 23 de maio de 2007, o BNDES e a COPASA assinaram contratos no valor de R\$591.055, sendo R\$141.055 em debêntures conversíveis em ações ordinárias (2ª emissão) e R\$450.000 em debêntures simples (3ª emissão).

As debêntures conversíveis possuem um prazo de carência de 59 meses contados a partir da data de emissão, 01 de junho de 2007, sendo que a amortização deverá ocorrer a partir de 2012 em duas parcelas anuais e iguais. A remuneração será de TJLP + 2,3% a.a., e a opção pela conversão se dará a partir do 13º mês após a emissão das debêntures, ao preço de R\$31,20 por ação, preço este atualizável pelo Termo de Capitalização  $TC = [(1 + TJLP) / 1,06]^n / 360 - 1$ , sendo n = número de dias entre a data do evento financeiro e a data de capitalização ou liquidação das debêntures.

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, às 16:00 horas do dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

Os desembolsos das debêntures conversíveis estão ocorrendo conforme demonstrado no quadro abaixo:

Subscrições realizadas - 2ª emissão:

**Debêntures conversíveis**

Séries	Data de subscrição	Controladora			
		31/12/2007		31/12/2006	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
1ª	28/08/2007	276	88.955	-	-
2ª	06/09/2007	155	49.824	-	-
3ª	03/12/2007	8	2.472	-	-
		<b>439</b>	<b>141.251</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As debêntures simples, não conversíveis em ações, realizadas em lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES são constituídas por 450 (quatrocentos e cinquenta) debêntures de R\$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R\$25.000 cada uma.

Os termos e condições contratuais são os seguintes:

- Data de emissão 01 de junho de 2007
- Prazo 12 anos
- Carência do principal 30 meses
- Amortização 114 meses
- Vencimento final 01 de julho de 2019
- Remuneração TJLP + 2,3% a.a.
- Garantia Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R\$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia, e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Essa caução, no valor de R\$3.430, só foi efetivada em 29 de fevereiro de 2008 (em 2006 não havia valor caucionado).

O primeiro desembolso da 3ª emissão ocorreu em dezembro de 2007, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Subscrições realizadas - 3ª emissão:

### Debêntures não conversíveis

Séries	Data de subscrição	Controladora			
		31/12/2007		31/12/2006	
		Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
1ª a 6ª	06/12/2007	833	150.025	-	-
		<b>833</b>	<b>150.025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os recursos provenientes da 2ª e 3ª emissão de debêntures serão utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010, sendo R\$199.000 destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água, R\$237.000 para modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de esgoto, R\$136.000 para otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e R\$20.000 para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

A Companhia possui em seus contratos de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

Índice	Limite
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,5
margem EBITDA	igual ou maior que 33%
Grau de endividamento	igual ou menor que 70%
EBITDA/receita operacional líquida	igual ou maior que 36%
dívida líquida/EBITDA	igual ou menor que 3,0

Em 31 de dezembro de 2007, o *Covenant* EBITDA/receita operacional líquida ficou abaixo do limite estipulado para as debêntures, em virtude das provisões tributárias não recorrentes, mencionadas na nota 17. Em virtude da não recorrência dessa provisão, o BNDES, em correspondência oficial, autorizou a Companhia a não considerar as referidas provisões no cálculo do EBITDA, fazendo então com que a Companhia atendesse à restrição contratual.

## 12. OBRIGAÇÕES DIVERSAS E ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado	
	31/12/2007		31/12/2006		31/12/2007	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Energia elétrica (*)	33.134	59.723	13.910	66.072	33.134	59.723
Prefeituras (**)	8.255	-	18.787	-	8.255	-
Depósitos para obras (***)	-	40.574	-	19.830	-	40.574
Diversas	4.274	-	8.153	-	4.287	-
	<b>45.663</b>	<b>100.297</b>	<b>40.850</b>	<b>85.902</b>	<b>45.676</b>	<b>100.297</b>

- (\*) Refere-se a parcelamento de dívida oriunda de faturas vencidas, conforme termo de acordo e reconhecimento de dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas até setembro de 2012, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2007, restam 57 parcelas a serem pagas. Em 2006, o valor da provisão das faturas relativas a dezembro, no valor de R\$15.169, foi lançado na rubrica de fornecedores, explicando assim a diminuição do saldo desta conta em 2007.
- (\*\*) O saldo é composto por débitos relativos a encontro de contas e a compromissos assumidos quando da renovação de contratos de concessões com diversas prefeituras. A redução no saldo ocorreu porque o débito junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, relativo a repasses tarifários vinculados à prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário no município, que era classificado nesta conta, passou a ser lançado, a partir de novembro de 2007, na conta de fornecedores, através da interface comercial.
- (\*\*\*) Refere-se a repasse de recursos realizados pela Agência Nacional de Água - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário do Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 012/2003 assinado com a Agência Nacional de Águas - ANA em 21 de novembro de 2003, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em duas parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2007 foi aditado para 1ª de julho de 2013, devendo a solicitação de emissão da certificação pela Companhia ser requerida até 1º de julho de 2009, conforme o previsto no 3º Termo Aditivo ao referido contrato, assinado em 15 de agosto de 2007. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2007 relativo a este repasse é de R\$21.783.

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu valor de R\$18.720 relativo a novo repasse de recursos realizados pela Agência Nacional de Água - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado com a Agência Nacional de Águas - ANA em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A solicitação de emissão da certificação pela Companhia deve ser requerida até 30 de junho de 2009, conforme o previsto no referido contrato. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2007 relativo a este repasse é de R\$18.791

### 13. COMPROMISSOS

A Copasa assinou contratos para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida em que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores (não auditado):

Contratado	Valor	Data da assinatura	Prazo em Dias (1)
Construtora Passarelli Ltda.	65.820	14/11/2007	540
Construtora EMCCAMP Ltda.	21.824	08/11/2007	1.020
SONEL Soc. Nacional Eletric. e Hidr. Ltda.	20.324	09/03/2007	540
COMIM Construtora Ltda.	8.609	28/09/2007	720
Consórcio BBL Engenharia – COMIM	8.165	30/11/2007	540
Construtora Passarelli Ltda.	8.065	30/10/2007	300
Construtora R Fonseca Ltda.	5.325	03/10/2007	360
Indústrias Químicas Cataguases Ltda.	4.644	28/12/2007	360
Indústrias Químicas Cataguases Ltda.	3.430	22/06/2007	365
GEOPAV Engenharia de Infra-estrutura Ltda.	3.251	06/08/2007	540

(1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são tratadas como ativos intangíveis sob o título direito de exploração de concessões, e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao imobilizado da Companhia.

Os principais valores comprometidos estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		% realização
	Empenhados	Realizados	
Betim	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte (nota 18)	170.000	-	-
Contagem	81.363	47.043	57,82
Montes Claros	121.941	52.733	43,24
Ribeirão das Neves	86.411	65.844	76,20
Teófilo Otoni	54.360	-	-

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS

(a) Capital

	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
Capital autorizado	3.000.000	3.000.000
Capital a subscrever	(367.758)	(367.758)
Capital subscrito e integralizado	<b>2.632.242</b>	<b>2.632.242</b>

O capital subscrito e integralizado está representado por 114.794.772 ações ordinárias cuja composição acionária é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	<b>Controladora</b>			
	<b>31/12/2007</b>		<b>31/12/2006</b>	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13	68.830.404	59,77
Prefeitura de Belo Horizonte	11.134.984	9,67	11.134.984	9,67
CODEMIG	7.641.537	6,64	-	-
Capital Group Internacional – Inc (*)	-	-	5.766.800	5,01
Outros	34.829.384	30,24	29.062.584	25,23
Subtotal	114.794.772	99,68	114.794.772	99,68
Ações em tesouraria	370.176	0,32	370.176	0,32
<b>Total</b>	<b>115.164.948</b>	<b>100,00</b>	<b>115.164.948</b>	<b>100,00</b>

Em 31 de dezembro de 2006, o Capital Group International Inc. possuía 5,01% de participação acionária na Companhia. Conforme correspondência recebida de seu representante no Brasil, a participação acionária do mesmo foi reduzida, ficando abaixo dos 5% exigidos pela CVM para divulgação individualizada de acionistas. Desta forma, as ações remanescentes do Capital Group passam a integrar o conjunto das ações que compõe o *Free Float* da Companhia, dentro do saldo de “Outros”.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de novembro de 2005, referendada em Assembléia Geral Extraordinária e Assembléia Especial realizadas em 15 de dezembro de 2005, aprovou o aumento do capital autorizado da Companhia de R\$2.000.000 para R\$3.000.000, através de reforma estatutária. Este aumento teve sua eficácia condicionada à adesão da Companhia ao Novo Mercado.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de janeiro de 2006, foi deliberada a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$102.791, correspondente à emissão de 446.919 ações ordinárias nominativas e 446.919 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$115,00 e referente à capitalização de créditos líquidos e certos detidos pelos acionistas contra a Companhia relativos aos juros sobre o capital próprio declarados nas reuniões do Conselho de Administração, o que resultou na alteração do capital social de R\$1.715.989 para R\$1.818.780.

As Assembléias Geral Extraordinária e Especial realizadas em 16 de janeiro de 2006, também aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias. Esta conversão teve sua eficácia condicionada à aprovação da adesão da Companhia ao Novo Mercado.

As referidas eficácias da reforma estatutária e da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia tiveram início com a deliberação de aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado no montante de R\$723.077, mediante a emissão para distribuição pública de 30.769.231 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$23,50 cada, determinada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de fevereiro de 2006, resultando na alteração do capital social de R\$1.818.780 para R\$2.541.857.

Considerando que, no processo de oferta pública de ações os coordenadores da oferta brasileira tiveram a opção de distribuição de um lote suplementar de ações ordinárias, outorgado pela Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Distribuição de Ações de emissão desta Companhia, e, em conformidade com o artigo 24 da Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 08 de março de 2006, deliberou a emissão de 3.846.153 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$23,50 cada, e, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado, que passou de R\$2.541.857 para R\$2.632.242, correspondendo a um aumento de R\$90.385, devido à opção de distribuição manifestada pelos referidos coordenadores, face à constatação do excesso de demanda.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui 370.176 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$9.190, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acordos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgoto e convênios de cooperação técnica.

(c) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$233.649, para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “plano de ação” aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

(d) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração da Companhia propôs à Assembléia Geral Ordinária que sejam creditados juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, conforme facultado pela Lei nº. 9.249/95, no montante de R\$79.208 (R\$0,69 por ação), correspondente ao limite de 25% do lucro do exercício, calculado antes de computados os juros, conforme permitido pela legislação fiscal.

Conforme facultado pela Lei nº. 9.249/95 e dentro dos limites permitidos por esta, os juros foram contabilizados como despesas financeiras do exercício, gerando o benefício fiscal de R\$26.931. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, uma vez que foram imputados aos dividendos previstos no Estatuto da Companhia.

Nos termos do Estatuto, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendos de 25% do lucro líquido do exercício. Para atender a esta disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre o capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício	329.323	356.437
Reserva legal - (5%)	<u>(16.466)</u>	<u>(17.822)</u>
Base para cálculo dos dividendos	<u>312.857</u>	<u>338.615</u>
Dividendos - (25%)	<u>78.214</u>	<u>84.654</u>
Juros sobre o capital próprio antecipados	79.208	90.688

Imposto de renda na fonte (*)	(3.599)	(4.121)
Valor líquido para distribuição	<u>75.609</u>	<u>86.567</u>

(\*) Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes ou isentos.

A Composição do saldo da conta de juros sobre o capital próprio é a seguinte:

Juros sobre o capital próprio antecipados	79.208
Imposto de renda na fonte recolhido antecipadamente	(2.121)
Saldo remanescente dos exercícios de 2003 a 2006	<u>48</u>
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante	<u>77.135</u>

## 15. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS

A Administração da Companhia, atendendo ao disposto no Acordo Coletivo 2005/2007 assinado com os sindicatos dos empregados, aprovou a regulamentação do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa, conforme deliberado em reunião de 28 outubro de 2005 e em conformidade com a legislação vigente. O montante a ser distribuído será equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, ou seja, 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

Do montante a ser distribuído, 30% serão divididos em partes iguais a todos os empregados e 70% de forma proporcional ao salário.

A Companhia provisionou, em 31 de dezembro de 2007, o montante de R\$20.821, para fazer face a esse compromisso, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício antes das participações	350.144	380.348
Ajustes de provisão do IR/CSLL de 2006 (*)	13	104
Lucro líquido do exercício antes das participações	<u>350.157</u>	<u>380.452</u>
(-) Reserva legal - antes das participações - (5%)	<u>(17.508)</u>	<u>(19.023)</u>
Lucro líquido após dedução da reserva legal	<u>332.649</u>	<u>361.429</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - (25%)	<u>83.162</u>	<u>90.357</u>
Valor bruto da PL 2007 (25% dos dividendos)	20.791	22.589
Valor do resíduo da PL do exercício anterior (**)	<u>2.656</u>	<u>3.978</u>
Valor da PL a ser distribuída em 2007	<u>23.447</u>	<u>26.567</u>
Índice de desempenho institucional de 2007	<u>88,8%</u>	<u>90,0%</u>
Valor da PL a ser paga referente a 2007	<u>20.821</u>	<u>23.911</u>

(\*) Refere-se a ajustes da provisão do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido que não foi contabilizada em 2006. O cálculo da participação dos lucros é feito adicionando-se esses ajustes.

- (\*\*) Refere-se à diferença entre o valor da PL a ser distribuído e o valor da PL a ser pago. Esse resíduo é gerado em função do não cumprimento da meta de desempenho institucional estabelecida. Entretanto, de acordo com o previsto no Regulamento da PL, este valor será incorporado ao valor da PL a ser distribuída no exercício seguinte.

## 16. CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis e tributárias consideradas como perdas prováveis, e para ações trabalhistas consideradas como perdas prováveis e possíveis, assim como para obrigações legais. A partir de 30 de setembro de 2007, as provisões para contingências que estavam registradas no passivo circulante, foram reclassificadas para o passivo não circulante.

### (a) Processos com probabilidade de perda provável e possível para trabalhista

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A Companhia, depois de ouvida sua Procuradoria Jurídica e sua Administração, constituiu provisão para essas contingências, como sendo suficientes para cobrir prováveis perdas. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

Natureza	Controladora					
	31/12/2007			31/12/2006		
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão Líquida	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão líquida
• Cível (*)	4.807	659	4.148	3.235	5	3.230
• Trabalhista (**)	23.766	743	23.023	7.441	1.612	5.829
• Tributária (***)	5.569	3	5.566	5.279	560	4.719
	<b>34.142</b>	<b>1.405</b>	<b>32.737</b>	<b>15.955</b>	<b>2.177</b>	<b>13.778</b>

A movimentação das contingências e dos depósitos judiciais no exercício foi a seguinte:

Natureza	Saldo em 31/12/2006	Adições	Reversões	Utilizações	Saldo em 31/12/2007
Cível	3.235	4.800	544	2.684	4.807
Trabalhista	7.441	19.112	1.039	1.748	23.766
Tributária	5.279	750	-	460	5.569
Subtotal	15.955	24.662	1.583	4.892	34.142
Depósitos judiciais	2.177	1.987	-	2.759	1.405
Total	<b>13.778</b>	<b>22.675</b>	<b>1.583</b>	<b>2.133</b>	<b>32.737</b>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (\*) As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativos a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário realizado em 2003 para o Município de Belo Horizonte. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de 2007, em R\$2.481, integralmente provisionado.

- (\*\*) As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionados a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, questionamentos de demissão por justa causa, restabelecimento do plano de saúde baixo risco e da continuidade do pagamento de cesta-básica. Temos provisionamento para todas as ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável e/ou possível, o que representa aproximadamente 53,7% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

Figuramos também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras por nós contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras, via de regra, arcam com o ônus da condenação. Contudo, caso tais empreiteiras não tenham condições financeiras para arcar com o pagamento da condenação, podemos ser compelidos judicialmente a satisfazer o débito trabalhista, pelo que consideramos essas ações como perda provável e/ou possível. Nesses casos, constituímos provisão de recursos para eventuais condenações, no valor de R\$1.189, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, conseqüentemente, caracterizadas como potenciais inadimplentes.

Dentre as 484 ações trabalhistas propostas diretamente contra nós, 279 ações são relativas a pedidos de restabelecimento do plano de saúde baixo risco, das quais é possível haver condenações em obrigação de fazer, e outros 35 processos são referentes à reivindicação da continuidade do pagamento de cesta-básica, totalizando aproximadamente R\$5.700 em provisões. Estas ações estão sendo propostas por empregados afastados por doença ou aposentados por invalidez.

Além disso, atualmente, somos parte também em oito processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que nos autou principalmente por não incluir os reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, entendendo que isso significa subtração de salário, lavrando autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação, cuja multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária, totalizando R\$5.964. Estimamos que a possibilidade de perda de sete processos é considerada possível e, portanto, provisionamos o valor de R\$5.962.

Ainda há uma ação de execução pela qual o Ministério Público do Trabalho alega que a Companhia descumpriu termo de ajustamento de conduta, que versa sobre a contratação de empregados e de prestação de serviços e obras. Consideramos nossa

chance de perda para essa ação como possível, tendo sido provisionado o valor de R\$6.529, em curso na 36ª vara do trabalho de Belo Horizonte.

(\*\*) As mais relevantes são as seguintes:

- Em fevereiro de 1994, foi ajuizada contra a União ação declaratória cumulada com a repetição de indébito, visando excluir da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido a despesa relativa ao imposto de renda pessoa jurídica apurado, bem como as despesas relativas às depreciações, amortizações, custos dos bens baixados e a diferença da correção monetária do IPC/BTNF. Além disso, foi requerida a possibilidade de compensar a base de cálculo negativa da contribuição social apurada nos exercícios anteriores a 1992. Essa ação transitou em julgado em fevereiro de 2005 e a Fazenda Nacional executou a Companhia, que está negociando o parcelamento do pagamento dos honorários advocatícios no valor de R\$1.548, atualizado até 31 de dezembro de 2007.
- Em 1992, a Secretaria da Receita Federal autuou a Companhia por insuficiência de recolhimento do FINSOCIAL no período de 01/01/1983 a 30/03/1989, por entender que a contribuição deveria ser com base na receita bruta e não com base no imposto de renda devido ou como se devido fosse. A Companhia recorreu administrativamente da decisão mas não logrou êxito junto ao conselho de contribuintes. Em agosto de 1994, foi proposta ação declaratória cumulada com repetição de indébito contra a União Federal visando a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da majoração indevida e inconstitucional das alíquotas do FINSOCIAL, bem como da declaração de inexistência de relação jurídica obrigacional no tocante à incidência das leis que majoraram a mesma. Diversas instâncias foram percorridas até que, em dezembro de 2004, a ação foi transitada em julgado e a Fazenda Nacional executou a Companhia, que está negociando o parcelamento do pagamento dos honorários advocatícios no valor de R\$3.585, atualizado até 31 de dezembro de 2007.

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora	
	31/12/2007	31/12/2006
• Cível (*)	281.937	205.781
• Tributária (**)	7.322	31.383
	<b>289.259</b>	<b>237.164</b>

(\*) Referem-se a ações de indenizações ajuizadas por clientes que pleiteiam reparação por danos materiais e morais e lucros cessantes causados a terceiros, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

- Ações Individuais

Somos parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de desligamento de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis, acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. Não acreditamos que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas. O valor dessas contingências é de aproximadamente R\$25.300.

- Ações Coletivas

Somos parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 12 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Caratinga, Campina Verde, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Lavras, Leopoldina, Nanuque, Ribeirão das Neves, São Gotardo e Três Corações. Ademais, a Companhia, o Município de Belo Horizonte e a SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital são demandados em uma ação popular que pede a declaração de invalidade do convênio de cooperação celebrado entre as partes. Tal ação está em fase de julgamento, sendo que já apresentamos razões finais pleiteando a extinção do processo em razão do não cabimento da ação popular e, no mérito, a improcedência do pedido em razão da legalidade do convênio. Em 31 de dezembro de 2007, não havia decisão proferida em nenhuma dessas ações e, com exceção de Caratinga, não havíamos constituído provisão para as referidas ações, uma vez que consideramos, com base nos critérios descritos acima, nossa possibilidade de perda como remota em algumas ações e possível em outras. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados e do convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte.

Somos parte ainda em uma ação de execução por quantia certa e de obrigação de fazer, decorrente das obrigações ajustadas em termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público Estadual no Município de Betim, cujo valor, em 31 de dezembro de 2007, era de R\$31.902. Opusemos embargos à execução, com vistas a provar que as obras, objeto do referido instrumento, foram executadas de forma a atender o aumento populacional desordenado no município, bem como que a realização das obras de infra-estrutura, que não foram por nós executadas, são de responsabilidade do município. Referido processo está em fase de realização de perícia judicial para comprovação das alegações. Consideramos a chance de perda nessa ação como possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

- Ações Ambientais

Somos parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de nossas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos

danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, podemos ser obrigados a investir valores significativos na construção de estações de tratamento e/ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental de que somos parte possui valor de causa relevante, representando R\$54.361. Esta ação popular possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação, e de acordo com nossas estimativas, nossa possibilidade de perda é classificada como possível.

- Termos de Ajustamento de Conduta - TACs

Firmamos diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Firmamos ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil no valor de R\$100.

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

(\*\*) A mais relevante é a seguinte:

A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, por não ter incluído nas bases de cálculo do PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações monetárias de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2007 é de R\$23.763 e pode ser classificada como contingência possível, uma vez que não há jurisprudência relacionada ao assunto. A Companhia, entretanto, interpôs recurso administrativo visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário, e manterá sua posição de discordância em instâncias superiores até a decisão final. Baseada em parecer dos seus assessores jurídicos, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para esta autuação.

Em relação à COFINS convêm mencionar que o recurso interposto na esfera administrativa teve seu provimento negado em 14/06/2005, e, no que se refere ao PIS/PASEP, o recurso administrativo ainda está em julgamento perante o segundo conselho de contribuintes. Entretanto, o Superior Tribunal Federal, em recente decisão, declarou a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Diante de tal situação, a Companhia pretende utilizar da via judicial visando a anulação do ato administrativo que constituiu o crédito tributário amparado em legislação inconstitucional.

## 17. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora				Consolidado	
	31/12/2007		31/12/2006		31/12/2007	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
IRPJ/CSLL	5.392	-	-	-	5.392	-
PIS/PASEP/COFINS (*)	-	40.163	-	-	-	40.163
Crédito-prêmio de IPI (**)	-	64.604	-	-	-	64.604
Total	<u>5.392</u>	<u>104.767</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.392</u>	<u>104.767</u>

(\*) O valor de R\$40.163, atualizado até 31 de dezembro de 2007, é decorrente da utilização de créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período janeiro de 2004 a agosto de 2007. A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Face à conclusão do estudo conduzido por consultores externos independentes, que culminou com o refinamento da estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir a presente provisão até que seja definida a base legal de tais créditos.

(\*\*) Em 2001, adquirimos de terceiros, com deságio de 15,0%, o valor de R\$65.800 em créditos-prêmio de IPI, os quais foram utilizados para compensação de débitos tributários próprios. Esse valor, atualizado até 31 de dezembro de 2007, corresponde ao montante de R\$137.900. Os mencionados créditos foram adquiridos com base em liminares proferidas em ações judiciais propostas pelas empresas cedentes dos créditos. Apesar de a Secretaria da Receita Federal ter emitido os correspondentes documentos comprobatórios do pedido de compensação, o fisco tem entendido em diversas situações que os créditos adquiridos não são passíveis de compensação, seja em razão de sua origem (créditos cedidos por terceiros), seja em razão de sua natureza (crédito-prêmio de IPI), seja em razão da provisoriedade da cessão (as ações ainda não transitaram em julgado). O Superior Tribunal de Justiça vinha reconhecendo, até recentemente, o direito do crédito-prêmio de IPI. Contudo, houve recente modificação da jurisprudência deste órgão, que passou a concluir pela tese de que, por se tratar de incentivo de natureza setorial, o termo de sua vigência teria ocorrido em 05 de outubro de 1990.

Entendemos que a matéria depende de julgamento definitivo pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

Diante do cenário jurisprudencial atual, nossos consultores externos classificam a possibilidade de perda envolvendo esse assunto como sendo maior do que a de êxito. Por outro lado, julgamos haver bons fundamentos jurídicos para sustentar que parte das compensações foi tacitamente homologada. Assim, há sólidos argumentos para se afirmar a extinção das obrigações junto à Receita Federal em relação aos processos nos quais tenha decorrido mais de cinco anos entre a data da declaração da compensação e qualquer notificação da Receita Federal tendente a infirmar a compensação realizada. Nossos consultores externos, no que diz respeito à homologação das compensações pleiteadas há mais de cinco anos, sem que tenha havido notificação da Receita Federal tendente a infirmar as compensações pleiteadas, estimam como possíveis as chances de perda nessa parte da contingência. Assim, em 31 de dezembro de 2007 o saldo desta provisão é de R\$64.604, conforme cálculos elaborados pela Companhia, acrescido de multa moratória e taxa SELIC, sendo desconsiderado o valor relativo aos créditos tributários que teriam sido

compensados há mais de cinco anos sem que tenha havido homologação ou rejeição expressa por parte da Receita Federal.

## **18. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO EM BELO HORIZONTE**

O Estado e o Município assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

- 1º) Todas as tubulações de redes de água e de esgotamento sanitário de propriedade do Município, existentes em 23 de maio de 2000, foram transferidas, por alienação, para o patrimônio da Companhia, após devidamente avaliadas, mediante pagamento sob a forma de participação acionária do Município no capital da Companhia, observado o disposto na Lei Municipal nº. 8.754, de 16 de janeiro de 2004. A compra dos citados bens foi referendada pela Assembléia Geral Extraordinária - AGE, de 30 de abril de 2004, e concretizou-se pelo valor de R\$280.220, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.
- 2º) Findo o prazo deste convênio, os bens alienados à Companhia e incorporados ao seu patrimônio serão revertidos ao patrimônio do Município, mediante recompra, após avaliação contemporânea.
- 3º) Os bens decorrentes de investimentos efetuados pela Companhia, a partir de 24 de maio de 2000 e até o fim de vigência deste convênio, também serão incorporados ao patrimônio do Município e ressarcidos à Companhia após avaliação contemporânea.
- 4º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito está sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m<sup>3</sup> de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela será calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m<sup>3</sup> em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002.
- 5º) A Companhia assumirá os custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, até o valor máximo de R\$170.000, a ser pago ao Município em parcelas mensais no prazo de 24 anos a partir de janeiro de 2008. Os valores serão corrigidos monetariamente segundo índice a ser estabelecido pelas partes antes do início dos pagamentos.

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### (a) Imposto de renda do exercício

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	412.978	431.646
Participação dos empregados nos lucros	(20.821)	(23.911)
	<u>392.157</u>	<u>407.735</u>
<u>Adições</u>		
• Realização de reserva de correção monetária especial	14.098	14.321
• Doações/subvenções lançadas no patrimônio líquido	22.774	19.870
• Receitas de anos/períodos anteriores	14.372	-
• Provisões temporariamente não dedutíveis	171.818	28.103
• Despesa de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	4.823	6.968
• Outras	3.844	1.624
	<u>231.729</u>	<u>70.886</u>
<u>Exclusões</u>		
• Provisões não dedutíveis - baixas de processos judiciais liquidados	4.891	2.836
• Reversão de provisões não dedutíveis	1.583	11.698
• Reversão de contas incobráveis	27.256	-
• Outras	17.292	8.312
	<u>51.022</u>	<u>22.846</u>
Base de cálculo	<u>572.864</u>	<u>455.775</u>
Alíquota (25%)	143.216	113.944
Complemento de provisão referente ao imposto de renda do exercício de 2005/2006	13	104
Imposto de renda diferido	(26.836)	-
Total provisionado	<u><b>116.393</b></u>	<u><b>114.048</b></u>

(b) Contribuição social do exercício

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	412.978	431.646
Participação dos empregados nos lucros	<u>(20.821)</u>	<u>(23.911)</u>
	392.157	407.735
<u>Adições</u>		
• Realização de reserva de correção monetária especial	14.098	14.321
• Receitas de anos/períodos anteriores	14.372	-
• Provisões temporariamente não dedutíveis	171.818	28.103
• Despesa de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	4.823	6.968
• Outras	3.206	917
	<u>208.317</u>	<u>50.309</u>
<u>Exclusões</u>		
• Provisões não dedutíveis - baixas de processos judiciais liquidados	4.891	2.836
• Reversão de provisões não dedutíveis	28.839	11.698
• Outras	286	42
	<u>34.016</u>	<u>14.576</u>
Subtotal	<u>566.458</u>	<u>443.468</u>
Compensação de base de cálculo negativa	<u>(169.937)</u>	<u>(133.040)</u>
Base de cálculo	<u>396.521</u>	<u>310.428</u>
Alíquota (9%)	35.687	27.938
Contribuição social diferida	<u>(10.038)</u>	<u>-</u>
Total provisionado	<u><b>25.649</b></u>	<u><b>27.938</b></u>

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em atendimento à Medida Provisória nº. 2.158/99, a Companhia apura a variação cambial para fins fiscais pelo regime de caixa desde o exercício social de 2003. Face ao exposto, o excesso de variação cambial contabilizada pelo regime de competência acumula um saldo, em 31 de dezembro de 2007, de R\$46.631. A Companhia mantém provisionado no exigível a longo prazo o imposto de renda constituído à alíquota de 25% e a contribuição social constituída à alíquota de 9% deste saldo, conforme quadro abaixo.

A Companhia possui também, em 31 de dezembro de 2007, créditos tributários de imposto de renda, constituídos alíquota de 25% e de contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, conforme quadro abaixo:

	Impostos diferidos em <b>31/12/2007</b>	
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>
<u>Base de cálculo</u>		
1. Receita de variação cambial diferida, referente a ganhos sobre operações não liquidadas	-	46.631
2. Base negativa de contribuição social	4.183	-
3. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	15.067	-
4. Provisão para contingências	34.142	-
5. Provisão tributária - crédito prêmio de IPI	64.604	-
6. Provisão tributária - PASEP/COFINS	40.163	-
Total	<u>158.159</u>	<u>46.631</u>
<u>Imposto de renda e contribuição social diferidos:</u>		
<u>Sobre débitos</u>		
Imposto de renda (46.631 x 25%)	-	11.658
Contribuição social (46.631 x 9%)	-	4.197
<u>Sobre créditos</u>		
Imposto de renda (153.976 x 25%)	38.494	-
Contribuição social (158.159 x 9%)	14.234	-
Valor registrado	<u><b>52.728</b></u>	<u><b>15.855</b></u>

Em reuniões realizadas em 29 de fevereiro de 2008 pelo Conselho de Administração, e em 27 de fevereiro de 2008 pelo Conselho Fiscal, foi aprovado estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10(dez) anos, conforme definido na Instrução CVM nº. 371.

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2007, conforme estimativa a seguir:

<u>Exercícios</u>	<u>Expectativa de realização Controladora</u>
2008	376
2009	6.376
2010	3.351
2011	17.478
2012	5.215
2013 em diante	<u>19.932</u>
	<u><b>52.728</b></u>

Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

As realizações dos créditos tributários relacionados às provisões para contingências foram alocadas nos últimos anos de nossas projeções, em função da dificuldade em se prever, no momento atual, o desfecho e a data de encerramento desses litígios.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### (a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia, comparados com seus valores contábeis, são como segue:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2007</b>	
	<u>Contábil</u>	<u>Mercado (*)</u>
Ativos:		
Aplicações financeiras	823.115	823.115
Caução de garantia de financiamentos (notas 10 e 11) e aplicações financeiras vinculadas (nota 7)	89.837	89.837
	<b><u>912.952</u></b>	<b><u>912.952</u></b>
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos (nota 10)	861.084	842.346
Debêntures não conversíveis (nota 11) (**)	456.311	456.311
Debêntures conversíveis (nota 11)	141.690	143.472
	<b><u>1.459.085</u></b>	<b><u>1.442.129</u></b>

(\*) Não auditado.

(\*\*) Debêntures privadas, não negociáveis e sem valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2007, a sujeição do endividamento da Companhia apresentava-se da seguinte forma:

<u>Índice</u>	<u>Endividamento relacionado (%)</u>
TR	51,2
IGP-M	2,3
Dólar - EUA	5,5
TJLP	41,0

A Companhia não possui contratos de troca de índices, juros e ou indicadores, tampouco possui quaisquer outros instrumentos financeiros que possam ser caracterizados como derivativos.

### (b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

(c) Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira consistem em financiamentos destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui garantias quanto à proteção de riscos cambiais.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares dos Estados Unidos da América, totalizava R\$80.461 em 31 de dezembro de 2007 (R\$116.363 em 2006), cerca de 5,5% de seu endividamento total (cerca de 11,5% em 2006). A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2007, caução no valor de R\$21.152 (R\$23.082 em 2006) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (nota 10).

## 21. POLÍTICA DE SEGUROS

A Companhia possui apólices de seguros com cobertura de danos causados por incêndios e outros multi-riscos que contemplam parte de seus bens. Para outros tipos de acidentes que poderiam afetar suas construções, poços, veículos e demais bens do seu ativo imobilizado não há cobertura contratada, face ao histórico de não ocorrência de perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

A Companhia contratou a apólice nº. 1030204471 que cobre bens dos seguintes riscos:

<b>Unidades</b>	<b>Garantia</b>	<b>Valor</b>
Rua Mar de Espanha, 453/525 - Edifício Sede e COPE	Incêndio/raio/explosão Adim.	17.842
Santo Antônio, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
BR 356, km 04 - Estação de tratamento Morro Redondo	Incêndio/raio/explosão	19.223
Belvedere, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
Rod. BR - 040, km 544 Almojarifado Central	Incêndio/raio/explosão de depósito de produção	9.418
Mutuca, Nova Lima, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
Av. Ximango, 780 - Almojarifado da SPAL	Incêndio/raio/explosão de depósito de tubos	1.260
Barreiro, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1

## 22. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Em 31 de dezembro de 2006, com base em laudo atuarial elaborado por Atuário Independente registrado na CVM e contratado em processo de licitação pública a Companhia reconheceu em

suas demonstrações financeiras um passivo atuarial líquido de R\$108.025, de acordo com a NPC 26 do IBRACON, referendada pela Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000, que representava a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados, pensionistas e dos ativos garantidores. De acordo com esses cálculos, a Companhia deveria ainda registrar passivo de R\$208.954 (R\$221.282 em 2005) em exercícios futuros, correspondente à parcela dos custos atuariais diferida pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

Os cálculos estão demonstrados a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
<b>(i) Conciliação dos ativos e passivos</b>		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.032.073)	(846.834)
Valor justo dos ativos	633.869	529.854
Perdas a serem reconhecidas em exercícios futuros	239.052	175.790
<b>Passivo líquido a ser reconhecido no balanço patrimonial</b>	<b>(159.152)</b>	<b>(141.190)</b>
<b>(ii) Despesas reconhecidas na demonstração do resultado</b>		
Custo do serviço corrente	28.894	26.210
Custos dos juros	86.716	77.683
Rendimento esperado do ativo do plano	(63.386)	(53.164)
Contribuição dos empregados	(13.837)	(12.552)
Amortização do custo de perdas atuariais	5.521	7.891
<b>Total da despesa reconhecida nos exercícios de 2006 e 2005</b>	<b>43.908</b>	<b>46.068</b>
<b>(iii) Movimentação do passivo líquido atuarial</b>		
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do ano	846.834	770.150
Custo do serviço corrente	15.056	13.658
Custos dos juros	86.716	77.683
Rendimento esperado do ativo do plano	95.696	(3.583)
Contribuição dos empregados	13.838	12.552
Amortização de (ganho) perda atuarial líquida reconhecida em 2006	-	-
Contribuições reais da Companhia no ano	(26.067)	(23.626)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do ano</b>	<b>1.032.073</b>	<b>846.834</b>
<b>(iv) Evolução do valor justo dos ativos</b>		
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	529.854	444.678
Rendimento real do valor justo dos ativos	63.386	53.164
Contribuições recebidas	42.091	35.685
Benefícios pagos	(26.067)	(23.626)
(Ganhos) perdas atuariais sobre os ativos do plano (apurados por diferença)	24.604	19.953
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do ano</b>	<b>633.868</b>	<b>529.854</b>

	<b>Controladora</b>	
	<u>31/12/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
(v) Evolução do valor presente das obrigações		
Valor presente das obrigações no início do ano	846.834	770.150
Custo do serviço corrente	28.894	26.210
Custos dos juros	86.716	77.683
Benefícios pagos	(26.067)	(23.626)
(Ganho) perda atuarial sobre obrigação atuarial no início do exercício (apurados por diferença)	95.696	(3.583)
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do ano</b>	<b><u>1.032.073</u></b>	<b><u>846.834</u></b>

(vi) Premissas atuariais

Estatísticas diversas e outros fatores que visam antecipar eventos futuros no cálculo da despesa e do passivo relativo ao Plano de Benefício Patrocinado pela Copasa. Esses fatores incluem premissas sobre taxa de desconto e o retorno esperado do ativo. Adicionalmente, a Companhia se utiliza de fatores subjetivos, tais como índices de demissões, rotatividade e mortalidade para estimar esses fatores.

A companhia deve registrar ainda passivo de R\$239.052 em exercícios futuros, correspondente à parcela dos custos atuariais diferido pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

(vii) Despesas previstas para o exercício de 2008 (considerando ajustes mencionados anteriormente)

Custos do serviço corrente	35.530
Custo dos juros	104.310
Rendimento esperado do ativo do plano	(72.299)
Amortização de (ganho) perda atuarial reconhecido no ano de 2007	9.391
Contribuições dos participantes	(17.801)
<b>Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício findo em 31.12.2008</b>	<b><u>59.131</u></b>

	31/12/2007	31/12/2006
<b>Hipóteses econômicas*</b>		
Taxa de crescimento salarial (ativos)	Empregados: 6,297% a.a. Autopatrocinados: 4,50% a.a.	Até 5 anos de serviço: 6,08% a.a. Acima: 5,04%..
Taxa de desconto financeiro	10,25% a.a.	10,24% a.a.
Rendimento a longo prazo	11,25% a.a.	11,80% a.a.
Capacidade salarial/benefícios	10,00%	68,10% a.a.
<b>Hipóteses demográficas</b>		
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled**	Ex-CAP
Entrada em invalidez Rotatividade	Wyatt 1985 Class 1** T-1 Withdrawal Table	Álvaro Vindas 0,77% a.a até 55 anos Ativos: 70% casados e esposa 3 anos mais jovem; Assistidos: 90 casados e esposa 3 anos mais jovem.
Composição familiar	Ativos e Assistidos: 90% Casados e esposa 4 anos mais jovem.	

\* Taxas nominais

\*\* Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e pode divergir de forma relevante dos resultados atuais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

Do total de R\$166.783 de passivo atuarial líquido reconhecido pela COPASA, atualizado até 31 de dezembro de 2007, R\$5.742 (sendo que neste total consta R\$485 referente a juros de curto prazo) e R\$94.008 estão registrados na conta previminas/contribuição especial, no passivo circulante e passivo não circulante, respectivamente, além da provisão registrada na conta previminas/passivo atuarial líquido, registrado no exigível a longo prazo, no valor de R\$59.888, constituída pelos valores de R\$8.569, lançado em 31 de dezembro de 2006, e R\$51.319, sendo R\$33.165 lançado contra ajustes de exercícios anteriores e R\$18.154 lançado contra resultado do exercício de 2007. A companhia tem registrado em outras obrigações a pagar o valor de R\$7.145, referente a contribuições normais.

### 23. CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Do saldo líquido de convênios divulgado no passivo circulante, no valor de R\$37.726, R\$35.842 refere-se a saldo de convênios assinados com o Estado de Minas Gerais, e R\$1.884 refere-se a outros convênios firmados com prefeituras municipais e outras autarquias, com a mesma finalidade e executados em regiões do Estado de Minas Gerais.

## 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na nota 12, e os convênios descritos na nota 23, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais e com o Município de Belo Horizonte. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	<u>Controladora</u>						
	31/12/2007			31/12/2006			
	<u>SUDECAP</u>	<u>COPANOR</u>	<u>COPASA</u> <u>Águas</u> <u>Minerais</u>	<u>Estado</u> <u>MG</u>	<u>PBH</u>	<u>Estado</u> <u>MG</u>	<u>PBH</u>
<b>ATIVO</b>							
<u>Circulante</u>							
• Clientes							
- valores faturados	-	-	-	5.497	2.395	7.654	4.251
- valores a faturar	-	-	-	-	7.786	-	6.931
<u>Não circulante</u>							
• Realizável a longo prazo							
- clientes - valores a faturar	-	-	-	-	185.574	-	172.111
- empréstimos	-	1.233	1.691	-	-	-	-
• Investimentos	-	1	13.929	-	-	-	-
<b>PASSIVO</b>							
<u>Circulante</u>							
• Fornecedores	1.836	-	-	-	-	-	-
• Juros sobre o capital próprio	-	-	-	47.493	7.683	55.064	8.908
• Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	8.797	-	-
• Outras obrigações							
- Prefeituras – repasse tarifário	-	-	-	-	3.808	-	6.994
- Convênios (nota 23)	-	-	-	35.842	-	50.093	-
<b>TRANSAÇÕES</b>							
• Receitas de serviço de água e esgotamento	-	-	-	63.045	22.273	53.395	18.716
• Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(46.777)	-	(41.409)
• Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	(381)	-
• Receitas financeiras - juros	-	-	-	-	11.264	-	10.191
• Receitas de variações monetárias	-	-	-	-	11.713	-	23.289

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se quanto à forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas), conforme previsto e comentado na nota 18.

- Convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte

Celebramos convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário conforme nota 18.

- Convênio operacional com o Município de Belo Horizonte

Celebramos em 07 de fevereiro de 2006 convênio operacional com o Município de Belo Horizonte para a integração e compatibilização do planejamento, controle e execução de empreendimentos da SUDECAP - Superintendência e Desenvolvimento da Capital, e outros órgãos municipais, e da COPASA, para elaboração de projetos, execução de serviços de implantações e manutenções em infra-estrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, urbanização, tratamento de fundo de vales, drenagem pluvial e desenvolvimento de atividades voltadas para a educação higiênico sanitária. De acordo com o § 1º e o § 2º da cláusula 2ª, em situações previamente acordadas, serviços de responsabilidade da COPASA poderão ser executados pela SUDECAP, e serviços de responsabilidade da SUDECAP poderão ser executados pela COPASA. Anualmente as partes celebrarão encontro de contas referente aos custos dos serviços executados por cada uma, com o pagamento atualizado dos débitos apurados sendo realizado em 30 (trinta) dias após a efetivação do encontro de contas. Entretanto, em 20 de março de 2007, foi celebrado o 1º termo aditivo, incluindo novo parágrafo à cláusula 5ª, determinando que os débitos oriundos de programas sociais devam ser pagos 30 (trinta) dias após a liberação da medição, e não mais no encontro de contas anual. Em virtude da alteração ocorrida através do 1º termo aditivo, a Companhia efetuou pagamentos à SUDECAP em 08 de maio de 2007, no valor de R\$1.257, e em 09 de novembro de 2007, no valor de R\$1.816, estando pendente de pagamento o valor de R\$1.836, a ser efetuado em 2008. Estes pagamentos se referem a obras realizadas pela SUDECAP relativas à construção de redes de água e esgotamento sanitário no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, que foram incorporadas ao patrimônio da Companhia. Em 2007, não houve transações que afetassem o resultado, bem como não existem saldos passíveis de encontro de contas.

- Fornecimento de energia

Somos um dos principais consumidores de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo a energia fornecida principalmente pela CEMIG, controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. Possuímos mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de uma unidade consumidora, conforme nota 12.

- Contratos de financiamento com o BDMG

Celebramos diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

- Contratos com a CODEMIG

Assinamos com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, um protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme nota 01.

- Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato Particular de Refinanciamento e Financiamento da Dívida de 11 de julho de 1990: como forma e meio de pagamento da dívida, o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu os créditos que forem feitos a sua conta de depósitos provenientes das cotas do Fundo de Participação dos Estados até o limite suficiente ao pagamento das prestações e demais encargos devidos a cada mês. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo em aberto desses contratos é de R\$4.076, conforme nota 10.

Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais: (i) a compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência; e (ii) a requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo em aberto desses contratos é de R\$199.005, conforme nota 10.

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que forem feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo em aberto desses contratos é de R\$76.385, conforme nota 10.

## 25. OUTRAS INFORMAÇÕES

### (a) Despesas e receitas financeiras:

A variação verificada no resultado financeiro do exercício de 2007 em relação ao exercício de 2006 está assim representada:

Discriminação	Controladora		Variação
	01/01/2007 a 31/12/2007	01/01/2006 a 31/12/2006	
Receitas financeiras	154.060	187.890	(33.830)
Despesas financeiras	(184.857)	(212.325)	27.468
Resultado	<b>(30.797)</b>	<b>(24.435)</b>	<b>(6.362)</b>

A redução de R\$6.362 foi motivada pela ocorrência dos seguintes eventos:

	<u>Valor</u>
<u>Receitas financeiras</u>	
1 Redução de receitas financeiras relativas a variações monetárias e cambiais, decorrente de ganhos cambiais gerados pela reversão de passivos, em função da queda do dólar norte-americano e da atualização do débito da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (nota 18)	(23.932)
2 Aumento de receitas financeiras relativas aos juros incidentes sobre débitos de clientes e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (nota 18)	2.846
3 Redução de receitas financeiras relativas a rendimentos sobre aplicações financeiras	(11.598)
4 Redução de outras receitas financeiras	<u>(1.146)</u>
	<b><u>(33.830)</u></b>
<u>Despesas financeiras</u>	
1 Redução de despesas financeiras relativas à CPMF e despesas bancárias	3.084
2 Redução de despesas financeiras relativas a juros e variações monetárias e cambiais, causadas pela reversão de ativos cambiais em função da queda do dólar norte-americano	18.023
3 Aumento de multas e juros sobre impostos e contribuições	(3.411)
4 Redução de despesas financeiras relativas a juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas	11.480
5 Aumento de outras despesas financeiras	<u>(1.708)</u>
	<b><u>27.468</u></b>

(b) Outras despesas operacionais

A variação ocorrida em outras despesas operacionais refere-se, principalmente, à provisões tributárias efetuadas relativas à COFINS e PIS/PASEP, no valor de R\$40.163 e de Créditos-Prêmio de IPI, no valor de R\$64.604, conforme nota 17, bem como pela provisão de despesa de contribuição referente ao passivo atuarial, no valor de R\$18.154, conforme nota 22, além de despesa com provisão para contingências referente a novos processos no período, no valor de R\$24.662.

## 26. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações do fluxo de caixa refletem as operações de financiamento, investimento e operações da Companhia derivadas dos registros contábeis preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e têm sido apresentados em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº. 20 (NPC 20), emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil - IBRACON - “Demonstrações do Fluxo de Caixa”.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2007</b>
Fluxo de caixa nas atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	329.323	356.437	329.323
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.021	1.294	3.021
Juros auferidos no exercício sobre contas a receber de clientes	(11.263)	(10.191)	(11.263)
Variação monetária (VM) auferida no exercício sobre contas a receber de clientes	(11.713)	(23.289)	(11.713)
Variação cambial (VC) incorrida no exercício sobre caução de garantia de financiamentos	3.791	2.155	3.791
Rendimento no exercício sobre caução de garantia de financiamentos	(1.777)	(1.700)	(1.777)
Baixas líquidas de imobilizado	334	1.072	334
Depreciação e amortização	222.337	194.626	222.337
Juros incorridos no exercício sobre empréstimos	52.631	23.376	52.631
VM / VC incorrida no exercício sobre empréstimos	(4.919)	12.176	(4.919)
Provisões Tributárias	104.767	-	104.767
Provisões para contingências	18.959	2.440	18.959
Provisão de passivo atuarial	18.154	8.569	18.154
Juros incorridos no exercício sobre Previminas/Cemig	7.415	10.031	7.415
VM incorrida no exercício sobre Previminas/Cemig	14.556	8.338	14.556
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(36.873)	-	(36.873)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>708.743</b>	<b>585.334</b>	<b>708.743</b>
Redução (aumento) no ativo operacional:			
Contas a receber de clientes - circulante e longo prazo	(57.082)	(21.710)	(57.082)
Estoque	268	(5.445)	(1.286)
Impostos a recuperar	9.132	(7.004)	9.132
Despesas antecipadas	(5.519)	4.630	(5.524)
Depósitos judiciais	(13.899)	-	(13.899)
Caução em garantia de financiamentos	(18.409)	(2.357)	(18.409)
Créditos diversos	(23.583)	(667)	(20.806)
Aumento (redução) no passivo operacional:			
Empreiteiros e fornecedores	(29.714)	44.429	(28.982)
Impostos, taxas e contribuições	6.830	4.493	6.940
Provisões tributárias	5.392	-	5.392
Provisões para férias	3.089	10.795	3.089
Participação dos empregados nos lucros	(3.109)	4.381	(3.109)
Convênio de cooperação técnica	(13.624)	43.150	(13.624)
Aumento de plano de previdência complementar - circulante e longo prazo	2.371	517	2.371
Energia elétrica circulante e longo prazo	17.207	(10.692)	17.207
Obrigações diversas - circulante e longo prazo	6.333	14.363	6.346
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>594.426</b>	<b>664.217</b>	<b>596.499</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2007</b>
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:			
Integralização de capital em controlada	(13.931)	-	-
Adições de imobilizado	(642.817)	(641.268)	(655.221)
Adições em investimentos	(254)	-	(254)
Adições no diferido	-	-	(3.186)
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(657.002)</b>	<b>(641.268)</b>	<b>(658.661)</b>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:			
Recursos oriundos da venda de ações	-	813.462	-
Captação de novos empréstimos	566.359	176.537	566.359
Pagamento de principal – empréstimos	(130.665)	(82.238)	(130.665)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(106.433)	(81.039)	(106.433)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(80.988)	(57.132)	(80.988)
Pagamento de principal - Previminas/Cemig	(19.080)	(16.638)	(19.080)
Pagamento de juros - Previminas/Cemig	(7.416)	(8.698)	(7.416)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>221.777</b>	<b>744.254</b>	<b>221.777</b>
<b>Aumento (redução) líquido no saldo de disponibilidades</b>	<b>159.201</b>	<b>767.203</b>	<b>159.615</b>
Saldo de disponibilidades no início do exercício	830.292	63.089	830.292
Saldo de disponibilidades no final do exercício	989.493	830.292	989.907
<b>Informações suplementares de fluxo de caixa</b>			
Juros pagos sobre empréstimos	106.433	81.039	106.433
Imposto de renda e contribuição social pagos	148.527	142.808	148.527
	<b>254.960</b>	<b>223.847</b>	<b>254.960</b>
<b>Transações que não afetaram o caixa</b>			
Capitalização de juros sobre empréstimos	48.485	44.721	48.485
Imobilizado recebido na forma de doação	22.985	17.542	22.985
	<b>71.470</b>	<b>62.263</b>	<b>71.470</b>

## 27. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Companhia procedeu, no exercício de 2007, ao reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores, referentes a ajustes de passivo atuarial do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, com base em laudo atuarial emitido por atuário independente contratado em processo de licitação pública, e ajustes de baixas contra resultado (perdas), realizadas à época indevidamente, referentes à atualizações monetárias e juros de faturas de água e esgoto, conforme o discriminado abaixo:

- 1) O ajuste do passivo atuarial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 decorreu em função da metodologia de cálculo utilizada na preparação do laudo atuarial ter sido questionada pelos auditores independentes da Companhia. Esta metodologia utilizava-se do rendimento real dos ativos do plano para esses períodos, limitado ao rendimento efetivo dos ativos de investimentos do plano, ao invés de se utilizar das premissas atuariais anteriormente definidas. Referido procedimento culminou com a precipitação de ganhos atuariais nos resultados de 2006 e de 2005, e com o diferimento das perdas atuariais para o futuro, com conseqüente decréscimo do passivo atuarial, o que não é aceito pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Este reconhecimento foi objeto de ressalva dos auditores independentes nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2006 e nas informações trimestrais em 31 de março de 2007 e 30 de junho de 2007;

- 2) A Companhia instituiu a partir do exercício de 2003, norma para o reconhecimento de atualização monetária e aplicação de juros sobre parcelamentos de débitos, onde tais receitas financeiras somente são reconhecidas contabilmente quando do efetivo recebimento das respectivas faturas (regime de caixa), face à inadimplência e inexistência de garantia real de recebimento, o que se verifica na quase totalidade dos processos de parcelamento. Entretanto, esses valores quando faturados à época, incorporaram por erro o Contas a Receber da Companhia, mas não o resultado financeiro. Sendo assim, quando do momento da baixa das faturas, valores de atualização monetária e juros foram baixados sem terem sido auferidos anteriormente.

Assim sendo, e, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM nº. 506, de 19 de junho de 2006, a Companhia procedeu à elaboração de nota para demonstrar os efeitos decorrentes dos ajustes descritos nos itens “1” e “2” acima, retroativos a 01 de janeiro de 2007, como segue:

	Saldo em		Saldo ajustado em 01/01/2007
	01/01/2007 antes dos ajustes	Ajustes	
	D/(C)	D/(C)	
Item 1			
Plano de previdência complementar - exigível a longo prazo	103.292	33.165	136.457
Despesa com provisão de passivo atuarial líquido	(8.569)	(33.165)	(41.734)
Item 2			
Reversão de baixas indevidas de faturas	(50.051)	14.372	(35.679)
Crédito de contas a receber de clientes	257.783	14.372	272.245
Patrimônio líquido - reserva de lucros	577.406	(18.793)	558.613

## 28. EXIGIBILIDADE DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº. 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº. 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Contudo, em 1991, suspendemos o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº. 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituisse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de nossas tarifas, não sendo cobrado de nossos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexistente qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

## 29. FATOS RELEVANTES

Em 30 de novembro de 2007, os acionistas Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG e o Município de Belo Horizonte protocolaram, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pedido de registro de oferta pública secundária de ações de nossa emissão (oferta), sob a coordenação do BB Banco de Investimento S.A., na qualidade de coordenador líder, e do Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., e com a participação, na qualidade de estruturador da oferta, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A - BDMG. Em 24 de janeiro de 2008, referidos acionistas solicitaram à CVM a interrupção da oferta, em razão de condições adversas de mercado, tendo sido este pedido deferido em 25 de janeiro de 2008. O prazo de interrupção finda em 23 de abril de 2008.

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2008, de acordo com a Resolução nº. 73 de 30 de janeiro de 2008, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, foi autorizado o reajuste médio de 9,47% nas tarifas de serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos da Companhia, a partir de 2 de março de 2008.

Em 29 de fevereiro de 2008, foi aprovada pelo Conselho de Administração a integralização de capital pela COPASA em sua subsidiária integral COPASA Águas Minerais de Minas S.A., no montante de R\$13.928. O referido aumento de capital também foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da COPASA Águas Minerais de Minas S.A., em 05 de março de 2008.

---

### DIRETORIA EXECUTIVA

MÁRCIO AUGUSTO VASCONCELOS NUNES	Diretor Presidente
HERCULANO ANGHINETTI	Diretor Vice-presidente
CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO	Diretor de Meio Ambiente e Novos Negócios
DIEGO LEONARDO DE ANDRADE CARVALHO	Diretor de Operação Sudoeste
GELTON PALMIERI ABUD	Diretor de Gestão Corporativa
JUAREZ AMORIM	Diretor de Operação Metropolitana
MARCIO LUIZ MURTA KANGUSSU	Diretor de Operação Norte
MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA	Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

### CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO	Contador - CRCMG - 36.109
--------------------------------	---------------------------

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Augusto Junho Anastasia (Presidente)  
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes (Vice-Presidente)  
Ênio Ratton Lombardi  
Euclides Garcia de Lima Filho  
Flávio José Barbosa de Alencastro  
Geraldo de Oliveira Faria  
João Antônio Fleury Teixeira  
José Carlos Carvalho  
Ronaldo Vasconcelos Novais

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e com o disposto na Lei n.º 6.404/76, examinou as demonstrações financeiras, a proposta de distribuição de dividendos da Companhia e os demais demonstrativos elaborados pela e a pedido da COPASA, relativos ao exercício de 31 dezembro de 2007.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Companhia, e pelo representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Conselho, abaixo assinados, concluíram que as referidas demonstrações financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia.

Em consonância com o disposto no art. N.º 6.404/76, opinaram favoravelmente quanto à aprovação dos referidos documentos na Assembléia Geral Ordinária de acionistas da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA, que será realizada até o dia 30 de abril de 2008.

Belo Horizonte, 18 de março de 2008.

Francisco Eduardo Queiroz Cançado  
Maron Alexandre Mattar  
Murilo Campos Valadares  
Paulo Elisiário Nunes  
Tânia Guimarães Campos

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG  
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos o balanço patrimonial, individual (controladora) e consolidado, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG e controladas, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 18 às demonstrações financeiras, a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS, relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para a consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do Poder Executivo Estadual exigindo a cobrança do referido imposto, bem como este não é parte integrante do cálculo tarifário da Companhia, o qual é promulgado pelo Estado de Minas Gerais. Conseqüentemente, referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e tampouco repassado ao Governo Estadual.
5. As demonstrações financeiras individuais (controladora) levantadas em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, conforme parecer emitido em 22 de março de 2007, que continha: (i) ressalva com relação aos cálculos do passivo atuarial atribuíveis aos exercícios de 31 de dezembro de 2006 e de 2005, devido à utilização de critérios distintos adotados pela Companhia, para a determinação das estimativas dos ganhos e perdas atuariais atribuíveis a esses exercícios (utilizando-se dos rendimentos reais para a determinação dos ganhos atuariais e de valores estimados para a determinação das perdas atuariais), o que não é aceito pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, levando o passivo não circulante a estar apresentado a menor e o patrimônio líquido a estar apresentado a maior em R\$33.165 mil naquela data. Essa ressalva foi eliminada nesta data, uma vez que a Companhia ajustou estes efeitos para fins comparativos nas presentes demonstrações financeiras; (ii) parágrafo de ênfase quanto ao mesmo assunto mencionado no parágrafo 4 acima e (iii) ressalva por limitação de escopo de exame referente à metodologia adotada pela Companhia para cálculo da parcela do

crédito presumido da Cofins e do Pasep, baseada na opinião de seus consultores legais internos quanto à interpretação das normas legais que disciplinam o assunto, que se encontrava em processo de revisão. Conforme descrito na nota explicativa nº. 17 às demonstrações financeiras, foi concluído estudo conduzido por consultor externo independente, que culminou com a revisão da estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, com o conseqüente registro de R\$40.163 mil a título de provisões tributárias, no passivo não circulante, motivo pelo qual nosso presente parecer não inclui qualquer menção com relação a esse assunto.

6. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa, individuais (2007 e 2006) e consolidada (2007), que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações do fluxo de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, mencionadas no parágrafo 1, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de março de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

Walmir Bolgheroni  
Contador  
CRC-SP 139.601/O-9 T/MG